

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR - EXÉRCITO
ARMAS E SERVIÇOS
2015/2016



TIG

**O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO-MILITAR E OPERACIONAL DO
TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA
OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA
NACIONAL REPUBLICANA**

Cap Cav Paulo Jorge de Oliveira Fernandes
Cap Admil Fernando José Cruz Caetano Pires
Cap Inf Nuno Alexandre Vieira Fernandes
Cap Art João Ricardo Faria da Cunha
Cap Inf João Martins Faria Dias Pereira (Coordenador)



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO-MILITAR E OPERACIONAL DO
TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

Cap Cav Paulo Jorge de Oliveira Fernandes

Cap Admil Fernando José Cruz Caetano Pires

Cap Inf Nuno Alexandre Vieira Fernandes

Cap Art João Ricardo Faria da Cunha

Cap Inf João Martins Faria Dias Pereira (Coordenador)

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS E A/S 2015/2016

Pedrouços 2016



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO-MILITAR E OPERACIONAL DO
TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

Cap Cav Paulo Jorge de Oliveira Fernandes

Cap Admil Fernando José Cruz Caetano Pires

Cap Inf Nuno Alexandre Vieira Fernandes

Cap Art João Ricardo Faria da Cunha

Cap Inf João Martins Faria Dias Pereira (Coordenador)

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS E A/S 2015/2016

Orientador: Maj Inf Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso anti-plágio

Declaramos por nossa honra que o documento intitulado “Enquadramento Estratégico-Militar e Operacional do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)” corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto discentes do CPOS 2016 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 08 de julho de 2016

Paulo J. de O. Fernandes
Cap Cav

Fernando J. C. C. Pires
Cap Admil

Alexandre V. Fernandes
Cap Inf

João Ricardo Faria da Cunha
Cap Art

João Martins Faria Dias Pereira
Cap Inf



Agradecimentos

Pela relevância dos contributos dados durante a elaboração do presente trabalho de investigação, gostaríamos de manifestar o nosso apreço ao Sr. Major de Infantaria Ferreira Cavaleiro, pela orientação dos trabalhos, que se revelou um contributo importante para o resultado final.

Aos Srs. Tenentes-Coronéis Jorge Sequeira e Miguel Freire deixamos uma palavra de agradecimento pelas sugestões que nos deram e que foram decisivos contributos para estruturação e desenvolvimento do trabalho em apreço.

Ao Sr. Major-General António Coutinho expressamos a nossa maior gratidão pela disponibilidade demonstrada, através da entrevista por si concedida e inestimáveis contributos pessoais para o desenvolvimento do trabalho.

Deixamos aqui expressos também os contributos do Arquivo Histórico Militar, Biblioteca do Exército, Biblioteca da Academia Militar e à Biblioteca do Instituto Universitário Militar, pela disponibilidade, apoio na revisão bibliográfica e pela disponibilização do material bibliográfico necessário, em tempo oportuno.

A todos, os nossos sinceros agradecimentos.



Índice

Introdução.....	1
1. Antecedentes histórico-militares	4
2. Variáveis Operacionais mais relevantes no TO de Moçambique.....	7
2.1. Variável Militar	7
2.2. Variável Social	12
2.3. Variável Ambiente Físico.....	14
3. Análise Estratégico-Militar e Operacional	17
3.1. A estrutura superior Política e Militar	17
3.2. Análise da estrutura do sistema político-militar.....	19
3.3. Nível Operacional no TO de Moçambique entre 1964-1975	20
3.4. Principais alterações do nível operacional durante a Guerra.....	24
Conclusões.....	27
Bibliografia.....	30

Índice de Anexos

Anexo A – Quadro Metodológico	Anx A-1
Anexo B – Entrevista ao Exmo. Major-General António Xavier Pereira Coutinho .	Anx B-1
Anexo C – Entrevista ao Exmo. Major-General António Xavier Pereira Coutinho – outros assuntos abordados	Anx C-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa de Moçambique.....	15
Figura 2 – Carta de situação referida a 01Fev63	22
Figura 3 – Força Aérea Portuguesa 1961-1975	23
Figura 4 – Divisão Militar, em Moçambique, em 1965	24
Figura 5 – Divisão Militar, em Moçambique, em 1970	25
Figura 6 – Dispositivo 2ª Comissão Moçambique	Anx C-2
Figura 7 – Aspeto geral da destruição no aldeamento do NHACAMBO	Anx C-4
Figura 8 – Em primeiro plano, o edifício da escola destruído.....	Anx C-5
Figura 9 – Aquartelamento ESTIMA	Anx C-8
Figura 10 – Primeira página do acordo de cessar-fogo, 1974	Anx C-9
Figura 11 – Fotografias da delegação da FRELIMO	Anx C-9



Resumo

O presente trabalho de investigação centra-se no “Enquadramento Estratégico-Militar e Operacional do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”.

Para a elaboração do trabalho, recorreu-se à metodologia da investigação científica utilizando o raciocínio indutivo, apoiada em fontes escritas e complementada com uma entrevista a um ex-militar conhecedor do TO.

O objetivo principal do trabalho é enquadrar o Teatro de Operações (TO) de Moçambique, durante o conflito, nos níveis Estratégico – Militar e Operacional, procurando de uma forma sistematizada, abordar os aspetos estratégicos e operacionais mais relevantes, entre 1964 e 1975.

Concluiu-se que Portugal se foi adaptando ao conflito ao nível da sua estrutura de comando e dispositivo das forças, o que permitiu uma constante adaptação ao novo tipo de conflito com que se deparavam.

Palavras-chave

Teatro de Operações de Moçambique, Nível Estratégico-Militar e Operacional, Forças Armadas.



Abstract

The present investigation paper focuses on the subject "Strategic-Military and Operational framing of the Theatre of Operations of Mozambique (1964-1975)".

For the elaboration of this paper, it was used the scientific investigation methodology, regarding the deduction logic, complemented with an interview of an ex-soldier, knowledgeable of the Operations Theatre.

The main purpose of this paper is to examine the Strategic-Military and Operational framing of the Theatre of Operations of Mozambique, pursuing, in a systematic manner, to approach the most relevant strategic and operational matters between 1964 and 1975.

It was concluded that Portugal was adapting to the conflict at its command structure level and military apparatus, which allowed a constant adjustment to the new type of conflict that they were facing.

Keywords

Operations Theatre of Mozambique, Strategic-Military and Operational level, Armed Forces



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

A/D Apoio Direto

C

Cap Capitão

CC Comandante Chefe

CCac Companhia de Caçadores

CCE Companhia de Caçadores Especiais

CCmds Companhia de Comandos

CCS Companhia de Comando e Serviços

CECA Comissão para o Estudo das Campanhas de África

CEM Chefes de Estado-maior

CEME Chefe de Estado-Maior do Exército

CEMGFA Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CEng Companhia de Engenharia

CG Comandante Geral

CODCB Comando Operacional de Defesa da Barragem de Cahora

COFI Comando Operacional das Forças de Intervenção

Cor Coronel

CPOS Ex A/S Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército Armas e Serviços

CSDN Conselho Superior de Defesa Nacional

CTerr Comando Territorial

CTC Comando Territorial Centro

CTI Comando territorial Independente

CTN Comando Territorial Norte

CTS Comando Territorial Sul

E

EME Estado-Maior do Exército

EUA Estados Unidos da América

ERec Esquadrão de Reconhecimento

F

FFAA Forças Armadas

FRELIMO Frente Revolucionária de Libertação Moçambique

FT Forças Terrestres



G

Gen General

GG Governador Geral

I

IAEM Instituto de Altos Estudos Militares

L

LDM Lancha de Desembarque Média

LFP Lancha de Fiscalização Pequena

M

MDN Ministro da Defesa Nacional

O

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA Organização da Unidade Africana

P

PD Pergunta Derivada

Pel Pelotão

PP Pergunta de Partida

Q

QG Quartel-General

R

Rep Repartição

T

TIG Trabalho de Investigação de Grupo

TO Teatro de Operações

Z

ZA Zona de Ação

ZI Zona de Intervenção

ZIN Zona de Intervenção Norte

ZOT Zona Operacional do Tete



Introdução

O presente Trabalho de Investigação de Grupo (TIG) apresenta como tema “O Enquadramento Estratégico-Militar e Operacional do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”. Este tema reveste-se de especial importância pois permite analisar como estavam organizadas ao nível Operacional as Forças Terrestres (FT) no TO de Moçambique, permitindo também verificar as alterações efetuadas à medida que o conflito se ia prolongando e intensificando.

A abordagem desta problemática deve ser primariamente analisada de um ponto vista histórico, analisando como foi evoluindo o conflito em Moçambique e como o contexto internacional foi moldando a abordagem de Portugal ao problema, enquadrando temporalmente o tema e percebendo os motivos pelos quais Portugal mergulhou numa guerra com Moçambique entre 1964 e 1975.

A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, após o final da 2.^a Grande Guerra Mundial, aproveitando a fragilidade dos estados ocidentais que detinham possessões ultramarinas, foi o grande catalisador das guerras independentistas que estariam para surgir no continente africano nas décadas de 60 e 70.

A nível nacional, o então Presidente do Conselho António Oliveira Salazar não tolerava qualquer tipo de oposição no que respeitava à condução dos assuntos referentes às colónias ultramarinas, exercendo sempre uma firme repressão face a qualquer pretensão independentista. Com o alastrar da insatisfação das populações nativas, vai crescendo o desejo de independência dos territórios ultramarinos portugueses. É neste contexto que surge a Frente Revolucionária de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Movimento Nacionalista de Independência de Moçambique, cujo movimento de luta armada irá provocar alterações na estrutura operacional das forças terrestres portuguesas.

Com este trabalho, pretende-se analisar a estrutura estratégico-militar e operacional existente em Portugal, pré e pós eclosão do conflito nos territórios ultramarinos. A análise centrou-se no dispositivo que possibilitou às forças militares atuar segundo uma doutrina convencional, e na sua evolução para atuar em ambiente subversivo.

O objeto de estudo desta investigação é a “Estrutura Operacional”, no entanto para estudarmos a problemática em questão é de igual forma importante perceber a sua delimitação prática, pelo que o estudo se cingirá fundamentalmente ao TO de Moçambique, no período de 1964 a 1975 e às FT.

O objeto de estudo e a necessidade em responder às questões a si associadas, foi abordado através da análise de fontes documentais e de uma entrevista semiestruturada.



O objetivo geral é caracterizar a campanha de Moçambique, ao nível operacional e a sua evolução, de acordo com as especificidades do TO de Moçambique, atores presentes e características ambientais.

De forma a atingir o objetivo geral acima exposto, este estudo comporta os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o contexto internacional e de Portugal, a evolução dos movimentos de libertação e as mudanças das forças portuguesas em Portugal até ao início do conflito armado;
- Descrever a estrutura político-militar e o enquadramento operacional no TO de Moçambique e as principais alterações operacionais ocorridas no TO durante o conflito;
- Descrever as variáveis Operacionais mais influentes no TO;
- Analisar os dados obtidos no período e local estudado.

Foi elencada uma pergunta de partida (PP) e três perguntas derivadas (PD), no sentido de atingir os objetivos propostos, seguidamente expostas:

- PP – Como estava estruturado o Comando Operacional no Teatro de Operações de Moçambique no período de 1964 a 1975?

- PD 1 – Como estavam organizadas as Forças Armadas Portuguesas entre 1964 e 1975, na metrópole?

- PD 2 – Como estavam organizadas as Forças Armadas Portuguesas no TO de Moçambique, entre 1964 e 1975?

- PD3 – Quais as características operacionais que mais influenciaram os diversos atores no TO de Moçambique?

Tendo estas perguntas como fio condutor, o trabalho foi realizado com base no cruzamento de informação disponível sobre a campanha militar no TO de Moçambique, entre 1964 a 1975 e com uma entrevista realizada. Para uma total compreensão da estrutura operacional foram analisadas ainda as variáveis operacionais, que serviram para completar a compreensão do ambiente operacional no TO de Moçambique. O percurso metodológico adotado seguiu o raciocínio indutivo proposto por *Quivy e Campenhoudt* na obra “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (Quivy & Campenhoudt, 2005), incidindo na pesquisa de documentação e recolha de dados acerca do tema. Na elaboração do trabalho utilizou-se como método de referenciação, o estilo *Harvard-Anglia*, recorrendo-se ao mecanismo de referenciação automática do processador de texto *Microsoft Word 2010*.



Durante a investigação procedeu-se à pesquisa de manuais, elaboração de entrevistas que permitiram a construção do quadro metodológico, conforme anexo A. No final efetuou-se uma análise da informação recolhida, dando resposta à PP e conclusões.

A estrutura formal do trabalho contempla uma introdução, três capítulos e conclusões. No primeiro capítulo, enquadra-se historicamente o conflito, é feita uma breve análise histórica da ligação entre Portugal e Moçambique, bem como do período pré e pós eclosão do conflito armado. No segundo capítulo é feita uma breve caracterização do nível Estratégico-Militar e Operacional, centrado na organização do Estado Português e das FFAA, entre 1964-1975. No terceiro capítulo foram analisadas as variáveis operacional militar, social e ambiente físico. O trabalho termina com a apresentação das conclusões.



1. Antecedentes histórico-militares

Neste capítulo pretende-se abordar e descrever o contexto nacional e internacional da época. Para tal estruturou-se o capítulo numa única parte, com o objetivo de descrever o contexto internacional, abordando de forma sucinta a evolução dos movimentos de libertação e das mudanças organizacionais em Portugal, desde o início do séc. XX até ao início do conflito armado que opôs Portugal a Moçambique.

A nível nacional, os primeiros sinais de mudança ideológica surgiram em 1912, com a constituição da Junta de Defesa dos Direitos de África, que tinha por finalidade federar todas as associações políticas da África portuguesa, lutando pela autodeterminação dos povos africanos e pelo direito de se governarem a si mesmos (CECA, 1988).

Mais tarde, em 1945, é organizado o V congresso pan-africano, que aprovou uma declaração da delegação oeste-africana, segundo a qual a única solução para o problema existente residia na completa e absoluta independência para os povos do oeste africano. A esse respeito, durante o advento da guerra foram feitas algumas promessas por países que tinham possessões ultramarinas (CEM, 2002-2004).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), todos os povos tinham o direito à livre determinação. A ONU estava, tal como as Conferências Africanas, empenhada na resolução das questões relacionadas com a descolonização, questionando e pressionando os seus estados membros com responsabilidades de administração de territórios africanos (CEM, 2002-2004).

A Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) não criticava a existência das colónias, sendo a sua preocupação maior a possibilidade de confronto com o bloco soviético, conhecido que era o interesse do bloco de leste em controlar o continente africano (Velez, 2012).

Fruto da posição portuguesa face aos territórios ultramarinos, as relações com os Estados Unidos da América (EUA) alteraram-se, principalmente com a ascensão de Kennedy ao poder, passando Portugal a debater-se com pressões dos EUA. Kennedy, a 20 de outubro de 1961 declarou que os EUA apoiariam a autodeterminação, por forma a impedir que o continente africano caísse sob domínio soviético (Garcia, 2011).

Face a este cenário, Portugal viu-se obrigado a mandar implementar novas medidas políticas. Houve um esforço integracionista, implementando uma série de reformas com vista ao desenvolvimento das colónias africanas. Esta série de reformas tinham por objetivo melhorar o relacionamento entre as colónias africanas e a metrópole (Velez, 2012).



A estratégia de manutenção das colónias vai ter repercussões entre os elementos das FFAA portuguesas que irão combater em África, antes e durante o conflito, nomeadamente na alteração da sua estrutura.

Antes da guerra em Moçambique, as FT sofreram diversas alterações, por forma a fazerem face a um conflito que se avizinhava. Quando o conflito se iniciou, o dispositivo das forças em Moçambique, apesar de estudado e planeado, não estava ainda completamente implementado, devido aos constrangimentos que se viviam, fruto da guerra com Angola e Guiné. As mudanças que se verificaram em Moçambique ainda eram insuficientes para a guerra que aí vinha.

No início do conflito, Portugal dispunha de um exército orientado para o conflito convencional, daí a necessidade urgente de uma profunda reorganização das suas FFAA. O país teve de se preparar para fazer face a um novo tipo de inimigo, num novo tipo de guerra, não convencional, num ambiente desfavorável, longe de casa e sem tempo para a reorganização ideal.

A organização da estrutura de comando e das próprias FFAA foi sendo alterada, numa tentativa de dar uma resposta mais eficiente e eficaz na luta contra a insurreição. Para que as forças pudessem ter controlo do território, surgiu uma organização territorial de tipo misto. Existiam as Zonas de Intervenção (ZI), nas áreas onde a atividade de guerrilha se tinha já revelado, e outra com Comandos Territoriais (CTerr), naquelas onde a guerrilha não se tinha implantado. Esta situação foi evoluindo ao longo do conflito (CEM, 2002-2004).

Quando Portugal iniciou o conflito em Moçambique, contava já com a experiência de três anos de conflito em Angola e um ano e meio na Guiné, com a vasta diversidade de ensinamentos que daí advieram. Revelou-se determinante a forma como o Comando da Região de Moçambique se preparou para a chegada do conflito ao território. Moçambique apresentava características diferentes dos outros territórios, que poderiam comprometer a reação inicial do dispositivo militar presente no território, designadamente a sua dimensão e afastamento geográfico face a Portugal continental. Foi essencial a preparação feita antes do conflito ter início, especialmente na geração, preparação e treino das forças militares, na criação e adaptação de doutrina adequada a este tipo de conflito, novo para as forças militares portuguesas e diferente do previsto na doutrina OTAN, pela qual Portugal se guiava e na implantação do dispositivo militar no terreno. Decorrente da definição das grandes opções, a nível militar, definidas aquando do aparecimento dos primeiros sinais de tensão em Angola, é determinada a criação de um dispositivo de proteção destinado a



garantir a proteção das populações brancas e negras leais e de um dispositivo de intervenção destinado a reforçar, se e quando necessário, o dispositivo de proteção, eliminar atos de terrorismo ou de invasão e limpar as regiões infestadas ou simplesmente suspeitas.

“As Campanhas de África de 1961-1974 foram diferentes das conduzidas no passado nesses territórios, uma vez que exigiram uma ação coordenada e próxima entre as FFAA – Autoridades Administrativas – População, implicando estreita integração entre as componentes militar – diplomática – económica – política – psicológica” (Antunes, 1990).



2. Variáveis Operacionais mais relevantes no TO de Moçambique

Para melhor analisarmos o TO de Moçambique, é importante termos em consideração alguns aspetos relevantes do ambiente operacional e termos em conta a forma como estes influenciam os atores presentes. Assim, algumas variáveis operacionais que serão abordadas neste capítulo estão revestidas de elevado valor para o planeamento da campanha em estudo, sobretudo aos níveis estratégico e operacional, pelo que se entende que “ênfatizam os aspetos humanos do ambiente operacional, o que é particularmente importante, uma vez que os conflitos atualmente ocorrem maioritariamente no seio da população. O seu completo entendimento auxilia os comandantes a avaliar de que forma o instrumento militar pode complementar os outros instrumentos de poder.” (CECA, 2006).

Existe uma relação intrínseca entre as FFAA e as referidas variáveis, resultante da sua interação na área de operações. Como é exemplo a população analisada na variável Social que, quando presente numa área de operações pode ser classificada como inimigo ou adversário, apoiante ou neutral, dependendo da existência ou não de hostilidade e da parte a quem se alia ou opõe. Este tipo de análise, humaniza a caracterização do ambiente operacional, não só pelas considerações de âmbito civil e a ameaça, mas também pelas restantes variáveis.

2.1. Variável Militar

As FFAA portuguesas no TO de Moçambique tinham como principal, se não única missão, a contrassubversão. Segundo o próprio Gen Kaúlza de Arriaga, a contrassubversão portuguesa em Moçambique tinha como objetivo a eliminação, caso existissem, das chamadas "áreas libertadas". Como exemplo temos a Operação "Nó-Górdio" ou a segurança e defesa de pontos especialmente importantes ou sensíveis, como foi o caso de Cahora-Bassa. Estes eram objetivos das FFAA portuguesas, assim como o desenvolvimento do território e a segurança das populações, a educação, a assistência médica e paramédica, o apoio económico-financeiro, cívico e político. Como objetivo último, o combate a quem procurava ampliar a subversão e apoiar o desenvolvimento do território e promoção e segurança das populações (Arriaga, 1988).

A respeito da guerra subversiva, esta era “essencialmente um problema de conquista da população, ou por outras palavras um problema cujo fator fundamental é a população” (EME, 1963). O Gen Kaúlza de Arriaga afirmava que “os princípios gerais adotados ou missões observados e aplicados no TO de Moçambique foram na linha da estratégia contra subversiva, a comunicação da verdade às populações, convencendo inteligências e



conquistando corações, através da ação e operações psicológicas, a promoção das populações” (Arriaga, 1988).

O apoio às populações era garantido de várias formas, com destaque para a aceleração do progresso económico, social e político; o aldeamento voluntário dos grupos étnicos dispersos e nómadas; a ação de quadrícula (para garantir o controlo geral do território, das águas marítimas e lagos); a segurança específica prioritária de alvos de grande importância e a realização de operações de intervenção, para pesquisar e capturar ou destruir os movimentos de libertação, por forma a impedir perturbações e a prática do terrorismo e da guerrilha, para assim eliminar "bases" e "áreas libertadas" dos movimentos de libertação no TO.

Os objetivos a alcançar impunham um esforço estratégico defensivo maior, essencialmente onde os movimentos de libertação tivessem maiores consequências ou influência ou realizassem ações mais incisivas e um esforço estratégico contraofensivo, onde este tivesse maior projeção ou os movimentos de libertação fossem mais vulneráveis. Também tinha especial relevância a possibilidade de execução de uma manobra estratégica, através da Reserva do CC, constituída por forças dotadas de grande mobilidade, aptas a agir como reforço, como apoio ou de forma independente, em qualquer área do TO de Moçambique, durante o tempo necessário, com capacidade de resistência e agressividade (Arriaga, 1987).

Em 1964, o Exército Português já estava minimamente equipado para fazer face as necessidades de uma guerra subversiva, não só pelos materiais produzidos pela indústria portuguesa na metrópole que já incluíam armamento, munições e viaturas, mas também pela aquisição de material para o Exército, planeada mediante verbas atribuídas para o efeito. A partir de 1968, os principais problemas residiam no reequipamento e modernização das FFAA, mas também na qualidade e quantidade dos abastecimentos no TO, o equipamento e armamento que em 1961/62 estava distribuído, começava a atingir o fim da sua duração e urgia uma renovação qualitativa de algum armamento e equipamento, por não ser adequado ao combate de contrassubversão das guerrilhas e face à evolução verificada no inimigo (CEM, 2002-2004).

Segundo o Major-General Coutinho (com duas comissões no TO de Moçambique) “houve necessidade de restringir drasticamente o emprego dos helicópteros, uma vez que o combustível fornecido continha elevado teor de água e não tinha condições para ser utilizado”. Afirmou o mesmo oficial que conheceu um caso “onde quem queria lavar a cara não comia sopa e o reboque tanque de água muitas vezes era furado pelo fogo do In”, “as



principais causas dos erros e fragilidades foram a falta de decisão política sobre o TO, onde se devia executar o esforço e a escassez de recursos para fazer frente a um desafio, que estava fora das nossas capacidades, se não fosse conduzido com muita sensatez, prudência e equilíbrio” ou “como a manta era muito curta, os CC pediam mais meios, não ficavam satisfeitos porque viam comprometida a sua missão.” (Coutinho, 2016).

As principais lacunas foram sempre respeitantes aos artigos da responsabilidade do Serviço de Material, da Logística, das Transmissões e da Engenharia, pois estes requeriam sempre maior apoio financeiro e eram de difícil obtenção, sobretudo quando adquiridos no estrangeiro.

Quanto ao armamento ligeiro disponível para a campanha no TO de Moçambique, este estava obsoleto. São exemplo os casos das espingardas de repetição, de calibre ultrapassado, como a espingarda Mauser ou as metralhadoras do mesmo calibre Dreyse, Borsige Breda, que datavam da II Guerra Mundial ou mesmo anterior. O material mais moderno estava sujeito aos acordos OTAN e tinha o seu emprego condicionado, não sendo adequado para a guerra de guerrilhas pelo seu peso elevado e calibre. Este armamento estava mais vocacionado para a luta anticarro e antiaérea.

Por estes motivos, o material enviado para o TO de Moçambique era o mais antiquado, inclusive anterior à II Guerra Mundial. O Exército estava completamente desprevenido, mal equipado e a situação política internacional dificultava a obtenção de armamento que já estava vulgarizado ou até ultrapassado noutros exércitos europeus.

Para tentar ultrapassar tal situação, ainda no decorrer do ano de 1961, foram adquiridas a espingarda-automática FN 7,62 e a pistola metralhadora UZI, mas houve que recorrer a fornecedores acessíveis e improvisar a nível interno. É de salientar o esforço feito pela Fábrica de Braço de Prata (FBP), ao conseguir a produção da G-3 em pouco mais de um ano e bem como a produção da HK-21, com todas as contrariedades de atualização de tecnologia utilizada, aquisição de maquinaria e a formação de pessoal. Ainda de realçar a criatividade demonstrada quer na produção de materiais novos como o dilagrama e o lança-foguetes/morteirete, quer na adaptação e manutenção de materiais velhos já existentes, sobretudo viaturas blindadas, tudo a par com a criação de doutrina tática e de técnicas de emprego (Afonso & Gomes, 2000).

Havia uma estratégia genética para uma rápida modernização e fornecimento de meios necessários em TO, que seguia os objetivos gerais de aproveitamento das potencialidades dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, que poderiam satisfazer as necessidades do esforço de guerra e a criação de Sucursais ou Delegações Avançadas



nos próprios TO, privilegiando a utilização dos recursos nacionais estatais ou civis disponíveis quer a nível da metrópole quer a nível local nas províncias ultramarinas, para obter a autonomia de produção, dentro do mercado nacional, em todas as áreas possíveis com prioridade para o armamento ligeiro, munições, explosivos, fardamento e calçado, géneros alimentícios e equipamentos para a sua conservação e confeção, geradores de energia elétrica, artigos de aquartelamento, cartas militares e produtos químicos e farmacêuticos e normalizar os meios e os recursos utilizados, contudo as grandes condicionantes do apoio logístico no TO de Moçambique foram a dificuldade nas comunicações e a quase total ausência de recursos locais, na área afetada pela subversão.

No que concerne à ameaça, as FFAA portuguesas enfrentaram no TO de Moçambique “guerrilheiros em combate subversivo” (CECA, 1988). Organizados em movimentos de libertação nacional, surgem em todo o continente Africano, após a 2ª guerra mundial, com o propósito de acabar com o colonialismo e a consequente independência de todas as colónias. Tal propósito foi consagrado em 1945, no capítulo XI da declaração sobre os territórios não autónomos, da Carta da ONU, ficando claro que havia a necessidade de rapidamente se proceder ao desenvolvimento de formas de autogoverno dos povos colonizados, desde então, sucederam-se as ações para a promoção do fim do colonialismo (CECA, 1988).

Em Moçambique a guerra de libertação tem início em 1964, tendo as primeiras organizações de libertação (MANU - 1959), UDENAMO – 1959 e a UNAMI - 1961) sido fundadas por emigrantes moçambicanos em colónias inglesas da África oriental (Tanzânia, Malawi e Rodésia, respetivamente). Em 1962, por influência do então Presidente da Tanzânia, Julius Nierere, estas organizações fundem-se numa única frente de combate: A FRELIMO, sob a direção de Eduardo Mondlane, um ex-funcionário das Nações Unidas (CECA, 1989).

Os Países na fronteira com Moçambique a Tanzânia e a Zâmbia, constituíram-se inimigos de Portugal, por serem grandes promotores e apoiantes comprovados da FRELIMO. A Tanzânia foi o país que mais apoiou a FRELIMO, recebendo e entregando à FRELIMO as ajudas da ex-União Soviética, da China e de outros países, sendo onde teve início este movimento de libertação. A Zâmbia foi o segundo país em importância a apoiar a FRELIMO, pelo seu apoio no esforço exercido sobre o distrito de Tete.

A FRELIMO era constituída por cerca de 250 guerrilheiros devidamente armados, sendo que a maioria dos seus dirigentes eram do Sul de Moçambique, apesar de os primeiros guerrilheiros serem recrutados no Norte, entre os Macondes e os Nianjas, povos



animistas que mantinham tradicionalmente uma relação conflituosa com os portugueses. A Frente dispunha da seguinte organização: o núcleo político-administrativo, o núcleo militar e o núcleo comum.

No que diz respeito à preparação de tropas, estavam referenciados casos de aliciamento nas fronteiras da Zâmbia, Malawi, pelas fronteiras da Suazilândia e do Rovuma, a formação nos campos em Tanzânia (principal), Zâmbia, Malawi e Suazilândia e campos de treino na Argélia, Tanzânia, Suazilândia e Mbabane (IAEM, 1986).

A infiltração dos seus guerrilheiros no território era executada pela frente Norte, por Quionga, Nangade, Mocimboa da Praia, Negomano, Olivença e Macaloge e pela fronteira Oeste, por Milange e Zumbo. Em 1971, verificou-se um aumento da atividade de guerrilha na área de Tete, coincidindo com o início da construção da barragem de Cahora Bassa, tendo a situação militar evoluído para uma situação de violência, o que implicou uma remodelação do dispositivo e um reforço dos meios portugueses em Tete com a criação da Zona Operacional de Tete (ZOT) e apesar dos “colonialistas” terem ganho a luta pela construção da barragem de Cahora Bassa, a situação mantinha-se crítica. A FRELIMO era o único movimento político dos Moçambicanos, sempre portadores de características como a unidade interna, o nacionalismo e o espírito pragmático (CECA, 1988).

A ONU e Organização da Unidade Africana (OUA), insistentemente pressionavam para que Portugal cumprisse com as normas internacionais sobre a descolonização, de tal forma ao ponto de obrigar a FRELIMO a levar os poucos quadros que na altura tinha para uma preparação político-militar na Argélia, onde iniciaram o treino em 1963. Estes quadros moçambicanos vieram a constituir o seu braço armado, organizados em unidades de guerrilha.

A organização militar da FRELIMO era típica da guerra de guerrilha e consistia em pequenos grupos de guerrilheiros bem preparados, que conduziam as suas ações a partir de bases operacionais no território nacional. O seu campo de treino principal era na Tanzânia, tendo provavelmente outros nesse território. As atividades identificadas como habituais dos movimentos de libertação eram ações isoladas, com mais ou menos atividade, consoante a ação desenvolvida pelas FFAA portuguesas. Atuaram principalmente pela implantação de engenhos explosivos nos itinerários, flagelações e emboscadas a colunas e a forças em movimento, raramente oferecendo resistência às FFAA portuguesas, mas esporadicamente demonstrado alguma agressividade (COFI, 1972).

Estavam organizados em três grupos de aproximadamente 250 homens armados e equipados e desde então o movimento não mais parou de crescer. As forças portuguesas



consideravam os seguintes efetivos de guerrilheiros: Cabo Delgado – 3.500; Niassa – 1.000; Tete - (1973) 2.000; Total – 6.500. A estes guerrilheiros poderão ser adicionados entre 1.500 a 2.000 milicianos armados, o que perfaz o efetivo de 8.000 a 8.500 homens apresentado pela FRELIMO (Afonso & Gomes, 2000).

2.2. Variável Social

Ao analisarmos as variáveis e o seu impacto no TO de Moçambique, podemos tirar claras conclusões acerca da influência da população no ambiente operacional. De uma forma geral, a população vivia em palhotas, cuja implementação no terreno obedecia a um plano defensivo contra as FFAA Portuguesas, em zonas que não controlavam e os movimentos de libertação se manifestavam através de ações isoladas, com maior ou menor atividade.

Moçambique tinha, à data do início do conflito, uma esperança média de vida de 46,4 anos, valores bem demonstrativos da menor qualidade de vida dos Moçambicanos quando comparados com a generalidade dos países europeus e americanos. A taxa de natalidade era elevada, mas durante a Guerra Colonial a taxa de mortalidade infantil era elevadíssima, a população era bastante jovem (Castro, 1976).

É de referir que Portugal fez um esforço enorme para melhorar os padrões de vida dos Moçambicanos, investindo na saúde e na educação. Os resultados, foram significativos, tendo garantido uma taxa de alfabetização na ordem dos 30% da população, promovido um crescimento da população e permitido a divulgação do português, fator fundamental na coesão do povo moçambicano (Ferreira, 2003).

A população branca era, em 1960, composta por 97 268 pessoas, sendo que no final da Guerra atingia valores na ordem dos 200 000 portugueses europeus e seus descendentes, que eram, na sua maior parte, funcionários do Governo ou de grandes companhias e grupos económicos nacionais ou internacionais. Os negros dividiam-se em dez grandes grupos étnicos, por vezes com ligações transfronteiriças, e constituíam quase 98% dos habitantes. A população mista representava apenas cerca de 0,5% do total (Afonso & Gomes, 2000).

Os distritos mais povoados eram os de Lourenço Marques (34 hab/Km²), Moçambique (22 hab/Km²) e Zambézia (17 hab/Km²) e os menos povoados os de Manica e Sofala (8 hab/Km²), Tete (5 hab/Km²) e Niassa (2 hab/Km²). As maiores densidades populacionais localizam-se na faixa costeira, diminuindo para o interior, sendo que 50% da população europeia se concentrava especialmente no distrito de Lourenço Marques (Afonso & Gomes, 2000).



Nas palavras de Mao Tsé-Tung, “*o guerrilheiro deve estar para as populações como o peixe para a água*” (Afonso & Gomes, 2000). Facilmente se podem tirar conclusões desta afirmação e extrapolar para a realidade da guerra subversiva, quer pela origem dos seus guerrilheiros ou pela influência que uns podem ter nos outros, quer no que respeita ao apoio às forças de libertação ou mesmo pela sua aceitação.

Esta ideia, segundo a qual o guerrilheiro deve estar para as populações como o peixe para a água faz com que um dos principais objetivos das forças regulares na guerra de contraguerrilha seja “tirar a água ao peixe” (Afonso & Gomes, 2000) evitando que as populações apoiem a guerrilha e lhe forneçam cobertura para as suas ações. Como as populações africanas vivem em pequenos núcleos familiares ou tribais, dispersos por grandes superfícies, a primeira medida para isolar os guerrilheiros é a reunião das populações em aldeamentos, para facilitar o seu controlo (Afonso & Gomes, 2000).

Na opinião do General José Luís Almiro Canelhas, “os aldeamentos estratégicos permitiam o enquadramento das populações” (Antunes, 1995).

De uma forma geral, as populações encaravam bem as FFAA portuguesas. Com a exceção dos Macondes, não havia qualquer problema de recrutamento entre os nativos. Houve dificuldades em convencer a administração ultramarina e a parte política a armar as populações, o que naturalmente era um risco calculado. A população não estava contra, era uma população pacífica, queria era o seu dia-a-dia, a paz e a alimentação. Fizeram-se centenas de aldeamentos onde tais condições de vida eram conseguidas. Os aldeamentos estratégicos eram a única maneira de ter as populações protegidas no mato onde se encontravam, a certa altura via-se coagida a acompanhar as guerrilhas e muitas vezes tinham de garantir a sua própria defesa. Além disso, era fundamental para as FFAA portuguesas poderem deslocar-se a toda a parte e ter a sensação de que não havia qualquer zona que estivesse sob domínio da FRELIMO.

As condições vividas no TO de Moçambique dificultavam a implementação desta política dos aldeamentos estratégicos, pelo elevado número de aldeamentos planeados em toda a extensão do território, a descrença das autoridades administrativas e falta de pessoal qualificado, a inexistência de uma estrutura adequada para apoiar a sua construção, o desprestígio das autoridades locais pelos seus antecedentes e a impossibilidade de as Forças portuguesas criarem novos destacamentos militares de apoio a cada aldeamento (Afonso & Gomes, 2000).

Houve fatores que favoreceram a guerra de guerrilha pelos movimentos de libertação e a adesão por parte da população quer no território moçambicano, quer nos países



fronteiriços. Moçambique não se formou no seio de uma comunidade estável, possuidora de uma unidade cultural, económica, territorial e linguística e foi o contexto colonial que criou as bases para uma coesão psicológica e social fundamentada na experiência da discriminação.

Os movimentos contra as FFAA portuguesas, exploravam a luta de libertação como principal motivação, entre outras, como acabar com o trabalho forçado e o pagamento de impostos, acabar com os problemas relacionados com as terras dos nativos, com as atitudes discriminatórias e com tendências raciais, acabar com os abusos de autoridade, quer do “europeu”, quer dos agentes administrativos, acabar com o mau tratamento dado aos nativos e com a falta de escolas e a assistência sanitária.

2.3. Variável Ambiente Físico

Moçambique situa-se na costa oriental de África, é banhado pelo Oceano Índico, e faz fronteira com a Tanzânia, lago Niassa, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, República da África do Sul e Suazilândia (Pélissier, 1994). Tem a forma de um triângulo agudo muito grosseiro, com o maior dos lados sobre a costa do Oceano Índico. A norte faz fronteira com a Tanzânia, desde a foz do rio Rovuma até ao rio Messinge, passando por uma linha sem materialização geográfica visível a «olho nu», que se estende até ao Niassa. A fronteira Oeste parte do lago Niassa e estende-se pelo Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, República da África do Sul e Suazilândia, terminando no rio Maputo.e do paralelo de 26° e 52', até à Ponta do Ouro (CEM, 2002-2004).



No resto do ano predominavam os ventos de sudoeste, o Sul era afetado pela zona de anticiclones tropicais, que causavam frequentemente céu limpo e chuvas fracas. O estado do tempo era condicionado pela posição do anticiclone do Índico, sendo frequentes, na estação das chuvas, os ventos do Sul, com grandes trovoadas, rajadas ciclónicas e descida acentuada de temperatura (CECA, 1988).

Estavam identificados quatro tipos de clima no território Moçambicano, o Tropical húmido, o Tropical seco, o Tropical semiárido e o Clima modificado pela altitude (Garcia, 2011).

Em Moçambique, estes fatores físicos assumiram uma importância invulgar, favorecendo, claramente, os movimentos independentistas que conduziram ações de guerrilha a coberto da vegetação e de linhas de infiltração que dificultaram a ação das FFAA portuguesas.

Dos rios existentes no TO de Moçambique destacam-se, pela sua importância militar, em Cabo Delgado, o Rovuma, que constitui a fronteira a norte com a Tanzânia, o Messalo, entre o planalto dos Macondes e a serra Mapé, o lago Niassa, com os seus 30.000 km², de difícil ultrapassagem na época das chuvas, que influencia toda a região envolvente. No Niassa, o Lugenda, afluente do Rovuma, que corta obliquamente toda a região e em Tete, o Zambeze, que atravessa o Centro de Moçambique e, na zona do Songo, corre entre as margens rochosas e escarpadas de Cahora Bassa, onde no início dos anos 70 se construiu a barragem que provocou alterações decisivas na guerra. O rio Capoché, afluente do Zambeze, constituiu a principal linha de infiltração dos guerrilheiros da FRELIMO, a partir da Zâmbia (Garcia, 2011).

Mas nem só a conduta das operações foi afetada pelas características físicas do Teatro de Operações, a Logística também foi condicionada pela configuração do território e pela localização excêntrica dos centros de decisão política e militar relativamente às zonas de operações. Rapidamente se entendeu que não se podiam manter «depósitos-base» em Lourenço Marques, a 2000 km da fronteira norte, onde se desenrolavam as operações, pelo que a estrutura logística foi descentralizada, constituindo-se depósitos junto aos portos de desembarque da Beira, Nacala e Porto Amélia, tendo o Exército, para fazer face às particularidades do território, dividido o TO em quatro áreas logísticas, cada uma servida por um depósito base (CEM, 2002-2004).



3. Análise Estratégico-Militar e Operacional

Por forma a responder à questão de como era caracterizada a estrutura operacional no TO de Moçambique, este capítulo foi dividido em quatro partes. Procurou-se abordar de forma sucinta e clara, as características operacionais que mais influenciaram os diversos atores no TO de Moçambique, bem como as alterações que estas sofreram ao longo do tempo, entre 1964 e 1975.

3.1. A estrutura superior Política e Militar

Desde o início da Guerra em Angola, em 1961, que o Presidente da República assumia o papel de Comandante Supremo das Forças Armadas (condição ainda hoje prevista na Constituição da República portuguesa (CRP)). O Governo era responsável pela definição da política de defesa nacional e ao Presidente do Conselho de Ministros¹ competia a direção desta mesma política, ou seja, na hierarquia do poder político estava o Presidente da República, seguido pelo Presidente do Conselho (assessorado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN)²) que se ligava diretamente ao Ministro da Defesa Nacional (MDN) (que preparava os orçamentos militares e da defesa civil). Este, por sua vez, coadjuvado pelo Conselho Superior Militar (CSM)³ e pelo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas (CEMGFA), como órgãos de estudo e trabalho, emanava as ordens e diretivas para os respetivos ministérios (sendo que a Força Aérea tinha sido criada como ramo, muito recentemente – Lei 2055 de 27 de maio de 1952 – mais concretamente como Secretaria de Estado da Aeronáutica) (Bacelar, 2000).

Com o surgimento da OTAN em 1949, surge a necessidade de as FFAA se adaptarem e modernizarem. Assim, com o Decreto-Lei 42564, de 7 de outubro de 1959, o Ministério do Exército e o próprio Exército são profundamente alterados e modernizados (Garcia, 2011).

Relativamente à obtenção de recursos humanos e materiais e à determinação das necessidades, bem como toda a preparação da defesa militar (componente naval, terrestre e

¹António de Oliveira **Salazar**, *Presidente do Conselho de Ministros, de 5 de fevereiro de 1932 a 11 de abril de 1932; de 11 de abril de 1932 a 18 de janeiro de 1936; de 18 de janeiro de 1936 a 27 de setembro de 1968; Marcelo José das Neves Alves Caetano*, *Presidente do Conselho de Ministros, de 27 de setembro de 1968 a 25 de Abril de 1974* (Governo, 2016)

² Constituído pelo Chefe de Governo, Ministros de Defesa Nacional, do Interior, dos Negócios Estrangeiros e do ultramar, das Finanças, pelo CEMGFA e pelo Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional (Bacelar, 2000).

³ Constituído pelo MDN, Ministro do Exército, Ministro da Marinha, pelo Secretário de Estado da Aeronáutica e Adjunto da Defesa Nacional e pelo CEME, CEMM e CEMFA (Bacelar, 2000).



aérea) estas competiam aos Ministros da Marinha, do Exército e ao Secretário de Estado da Aeronáutica. Eram eles que asseguravam esta obtenção e satisfação de necessidades contínuas (Bacelar, 2000).

Os Chefes de Estado-Maior dos ramos (CEM) eram os conselheiros e os responsáveis por produzir a doutrina, recrutamento e incorporação, aprontamento e mobilização, justiça e disciplina, informações militares, sustentação logística e a preparação das forças para Moçambique. Os CEM estavam sob a orientação do CEMGFA que efetuava a ligação ao sistema político e executava a chefia das operações militares (Bacelar, 2000).

Do CSDN dependiam o MDN e o Ministro do Ultramar e destes, o CEMGFA e o governador das províncias ultramarinas, respetivamente. O CSDN assumia, no que diz respeito à direção estratégica da guerra e à eficiência das FFAA, os poderes do Conselho de Ministros, dado que se tratava de conflito armado. Era este conselho que nomeava o Comandante-Chefe (CC) de cada TO e determinava as áreas de jurisdição bem como a definição das competências atribuídas (Bacelar, 2000).

Era do CEMGFA que dependiam os CC dos TO, que por sua vez chefiavam os Comandantes das Regiões Militares (RM), os Comandos Territoriais Independentes (CTI), o Comandante Naval e o Comandante da Força Aérea, que simbolizavam os comandos das componentes terrestre, naval e aérea (Bacelar, 2000).

Em colaboração com o Estado-Maior do Exército (EME), a Marinha e a Força Aérea programavam as operações conjuntas, bem como o estudo, sustentação, aquisição de recursos, instrução e todas as atividades de nível operacional de teatro. Pelas diretivas do General CEMGFA, as operações eram conduzidas e produzidas respostas e estudos que eram posteriormente encaminhados para a estrutura ministerial tutelar (Bacelar, 2000).

Os Comandos navais em Moçambique, são instalados em 1960 e em 1963, com a chegada das primeiras unidades de fuzileiros. Nesta altura, começam também a ser destacados para vigilância das águas territoriais e acompanhamento e proteção dos recursos humanos e materiais, os navios com diversas e modernas características e aptidões das suas tripulações (Bacelar, 2000).

Relativamente ao Exército, a estrutura continental estava bem organizada, sendo que além destas existia a 4.^a RM em Moçambique com o seu Quartel-General (QG) em Lourenço Marques, contudo, o dispositivo em Moçambique em 1961 não tinha ainda o seu dispositivo terrestre como pretendido (dado que se tinha acelerado este processo em Angola devido à independência do Congo Belga – se por um lado Moçambique havia



ganho em vantagem estratégica por ter iniciado o conflito mais tarde, também foi prejudicado na prioridade de atribuição de meios mais tardia) (Bacelar, 2000).

Existiam Companhias de Caçadores Especiais (CCE) e Tropas Paraquedistas, com grau de resposta razoável, prontas a serem empenhadas. As unidades de combate e de apoio de combate estavam na dependência dos comandos operacionais e sectores que por sua vez dependiam das FT do 4.º Comando das RM de Moçambique (CECA, 1989).

A 3.ª Região Aérea da Componente Aérea, dizia respeito à totalidade do território de Moçambique, cujo comando tinha a responsabilidade de recrutar e mobilizar o seu pessoal, acionando as unidades de combate e de apoio aéreo bem como o seu treino. Também a defesa aérea era uma responsabilidade deste comando aéreo (Bacelar, 2000).

A dispersão dos meios aéreos era feita por Bases Aéreas e Aeródromos Base onde se localizavam todos os meios de combate, de apoio, reabastecimento, manutenção e a ligação com outras unidades adjacentes. Os Aeródromos de Trânsito, de Manobra e de Recurso foram também alternativas às infraestruturas mais permanentes (Bacelar, 2000).

3.2. Análise da estrutura do sistema político-militar

A cadeia hierárquica instituída era de um CC (com Comando Conjunto atribuído) que era coadjuvado pelos Comandantes das respetivas componentes naval, terrestre e aérea. O dispositivo territorial destas componentes era maioritariamente para dissuasão, bem como para estabelecer a ligação local com as populações.

Foi necessário implementar uma ação conjunta que previa a coordenação entre forças terrestres e aéreas para as diversificadas missões de transporte aéreo de forças, apoio logístico, evacuação sanitária ou mesmo de apoio de fogos. Aliada a esta necessária operacionalidade, tornou-se permanente a constituição de reservas com empenho variado e em qualquer zona do território de Moçambique (CECA, 1989).

O então conhecido como Governador Geral da Província de Moçambique correspondia inicialmente ao CC, acabando por ser diferenciado, para que o desenvolvimento económico pudesse ser explorado por alguém que se dedicasse a uma vertente governativa de política económica rentabilizada. Era o Governador que, nestas circunstâncias, tinha a total responsabilidade das decisões perante o Governo⁴ (Garcia, 2011).

⁴Art.º 7º do Decreto-Lei 43560 de 23 de março de 1961.



Procurou-se permanentemente manter um Comando para cada componente para que se conseguisse corresponder às diversas solicitações que eram planeadas e que decorriam de acordo com aquilo que eram as intenções do CC, quer a nível logístico, administrativo ou operacional. Foi decorrente desta conduta que foram criadas as ZI (zonas de ameaça elevada), além dos CTerr onde a atividade era muito reduzida ou mesmo inexistente (Bacelar, 2000).

No TO de Moçambique, o dispositivo operacional era muito grande, pelo que foi imperativa a estreita coordenação entre as ações de todos os elementos civis e militares, sendo necessário concentrar poderes para procurar ajustar e facilitar os procedimentos e comandos. Foi assim possível criar órgãos e estruturas nos quais se delineavam planos, diretivas e ordens, sendo tomadas decisões que permitiram uma melhor colaboração (e redução dos tempos de resposta e ação) entre as componentes e maior rendimento operacional.

É da opinião de uma grande parte dos militares que combateram em Moçambique, que foi incrementada a confiança mútua e desenvolvido o comando-missão (então denominado como liberdade de ação), em que a conduta das operações foi desenvolvida através da execução descentralizada baseada em ordens tipo-missão (orientadas para a finalidade da operação em detrimento do detalhe das tarefas) (Coutinho, 2016).

3.3. Nível Operacional no TO de Moçambique entre 1964-1975

A organização e estrutura de comando em Moçambique tinha no CC, o responsável pela defesa civil e militar do território que se encontrava na sua jurisdição, dando ordens e instruções às autoridades civis, ficando o mesmo também, desta forma, com a administração civil. Esta situação acontecia porque os militares eram possuidores de um elevado conhecimento sobre a população e território e mais facilmente obtinham a coordenação entre militares e civis. Apesar de este conceito ter ajudado no início do aparecimento da subversão, mais tarde veio a verificar-se que não era compatível a acumulação de responsabilidades, e Comandante Geral (CG) e CC passam a ser pessoas distintas (Bacelar, 2000).

O CC, de modo a desenvolver as ações planeadas por si, dispunha de um Comandante Superior Naval, um Comandante Superior Terrestre e um Comandante Superior Aéreo, que tinham responsabilidades operacionais, administrativas e logísticas. Para efeitos de comando e coordenação, no que respeita ao dispositivo terrestre, existiam os Comandos de Setor, que eram definidos de acordo com a necessidade de resposta



requerida para fazer face à ameaça, podendo ser constituídos apenas por um Batalhão ou vários, que dependiam do CC, da ZI ou da RM, comandados por oficiais generais ou coronéis (Bacelar, 2000).

Estes Comandos de Setor, onde a atividade inimiga era reduzida ou inexistente podiam ser considerados como setor independente. Onde a ameaça era maior, criavam-se ZI que englobavam vários sectores e possuíam comando conjunto, por forma a possuírem capacidade de resposta e coordenação adequada à mesma (CEM, 2002-2004).

Cada batalhão tinha um espaço geográfico atribuído, o qual se designava por Zona de Ação (ZA), criando uma organização de ocupação territorial por quadrícula, onde possuía comando completo sobre as subunidades orgânicas e de reforço, às quais atribuía áreas de responsabilidade (Bacelar, 2000).

“De acordo com a situação geográfica do seu longilíneo território, as estruturas culturais e linguísticas dos seus povos e o desenvolvimento socioeconómico regional, Moçambique foi dividido, em termos militares, na Zona de Cabo Delgado, no litoral nordeste fronteiro ao Tanganica, na Zona do Niassa, no espaço noroeste do território junto ao Malawi e ao Tanganica, na Zona de Moçambique e da Zambézia, a sul das supra referidas, na Zona de Tete, ocupando o respetivo saliente e mantendo fronteira com as Rodésias, na Zona de Manica e Sofala, ainda mais a sul das supra referidas e na Zona Sul, englobando os Distritos de Inhambane, Gaza e Lourenço Marques, limitadas a ocidente pelo Transval e a Suazilândia.” (CEM, 2002-2004).

Antes do início das atividades de subversão, o Exército (em Moçambique) dispunha-se com o QG da 4.^a RM em Lourenço Marques e três Comandos Territoriais, Comando Territorial do Norte (CTN), em Nampula, Comando Territorial do Centro (CTC), na Beira, e Comando Territorial do Sul (CTS), em Lourenço Marques, estes divididos normalmente em sectores de Batalhão de guarnição normal ou de reforço, correspondente normalmente a um distrito (CECA, 1989).

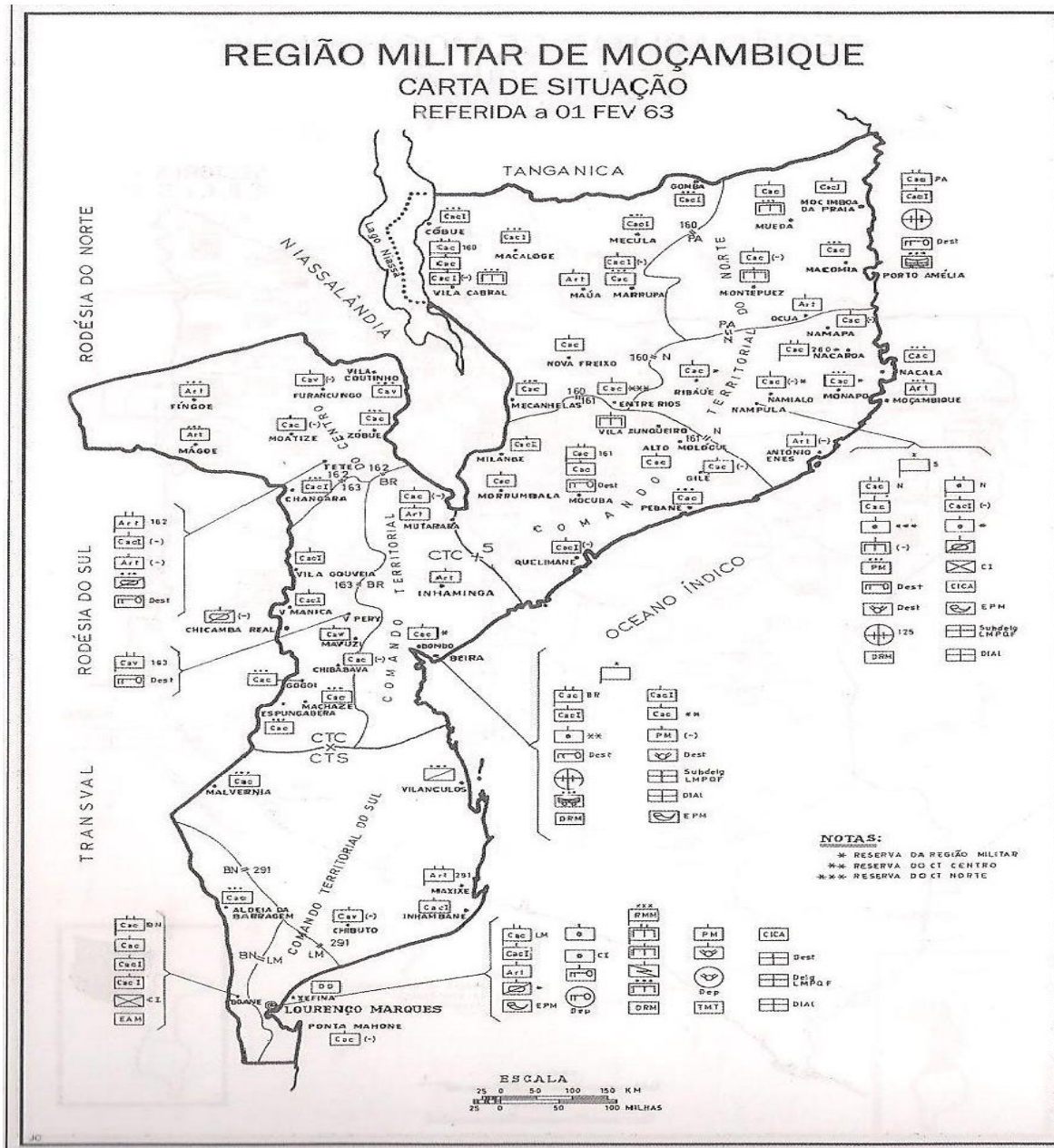


Figura 2 – Carta de situação referida a 01Fev63
Fonte: CECA, 2012

Relativamente ao dispositivo aéreo, inicialmente a Força Aérea em Moçambique possuía o QG da 3.^a Região Aérea em Lourenço Marques, sendo o responsável perante o CC pela prontidão e pelo emprego dos meios aéreos. Para prestar o apoio as forças terrestres tanto em deslocamentos táticos como administrativos de pessoal e material e apoiar na sua sustentação logística criou as seguintes infraestruturas:

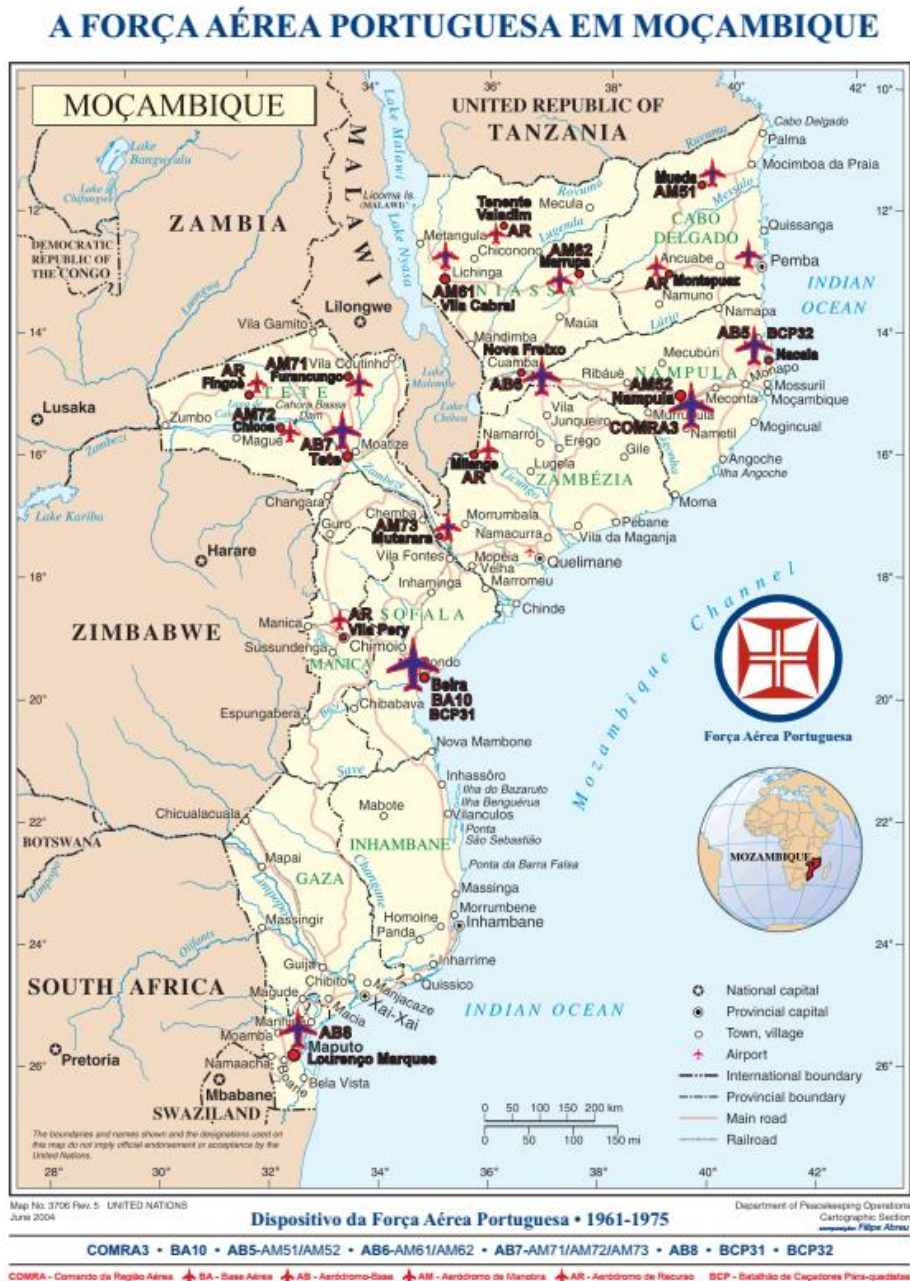


Figura 3 – Força Aérea Portuguesa 1961-1975

Fonte: Ultramar.terraweb, 2016

- Base Aérea n.º 10 na Beira;
- Aeródromo Base n.º 5 em Nampula, transferido para Nacala em 1964, n.º 6 em Nova Freixo, n.º 7 em Tete e n.º 8 em Lourenço Marques;
- Os Aeródromos de Manobra n.º 51 em Mueda, n.º 52 em Nampula, n.º 61 em Vila Cabral, n.º 62 em Marrupa, n.º 71 no Furancungo, n.º 72 em Chicóia e n.º 73 em Mutarara;
- As Aeródromos de Recurso de Tenente Valadim, de Milanje, do Fingoé e de Vila Péry (Bacelar, 2000).



Para cumprir as missões da Marinha no Ultramar, o Comando Naval de Moçambique integrou desde 1960 até 1972, os Comandos de Defesa Marítima dos Portos de Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Quelimane, Chinde, Moçambique, Porto Amélia, Nacala, Lago Niassa, António Enes, e Zambeze. Organizou também o Comando de Esquadilha de Lanchas do Niassa (Bacelar, 2000).

3.4. Principais alterações do nível operacional durante a Guerra

Durante o período entre 1964 e 1975, as estruturas de comando vão sofrendo reformulações de modo a se adaptarem e melhorar à luta contra as atividades subversivas que fazem com que haja ajuste e reforço à disposição das forças.

Após terem lugar os primeiros atos violentos e devido ao facto de ocorrerem maioritariamente na região norte, surgiu a necessidade de criar uma Zona de Intervenção Norte (ZIN) com sede em Nampula, sob o comando do Comandante da RM que possuía funções de coordenação operacional dos três Ramos das FFAA e que se encontrava subordinado ao CC. O CTC e o CTS, fruto da menor incidência de atividade subversiva na sua área de operações, mantiveram a sua organização antecedente. Pelas mesmas razões o Setor de Zambézia foi considerado independente (Bacelar, 2000).

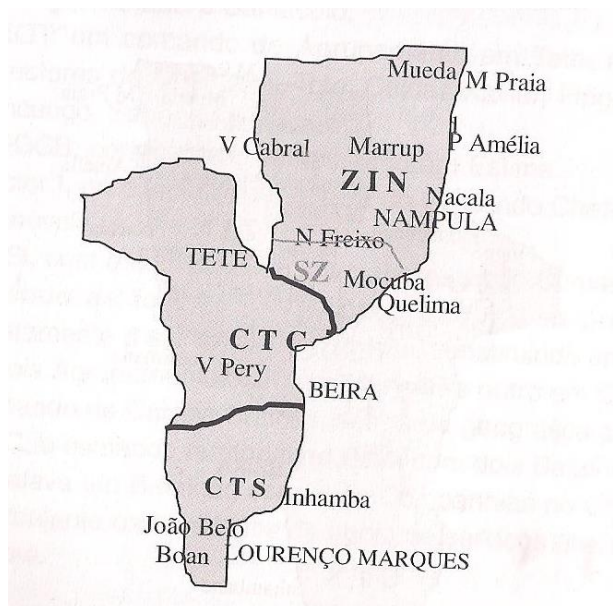


Figura 4 – Divisão Militar, em Moçambique, em 1965
Fonte: Bacelar, 2000

Mais tarde e depois de se verificar a existência de algumas lacunas e duplicações na estrutura administrativa e operacional, surge a criação da figura de CC Adjunto, em quem o CC podia delegar diretamente parte das suas atribuições. Esta necessidade resultou da



complexidade das tarefas de que estava incumbido o CC, que se via exponencialmente aumentada pelas características da luta contra a subversão e que exigiam permanente acompanhamento e condução das operações. Ao CC adjunto competia desta forma coadjuvar o CC em todos os assuntos respeitantes à preparação e emprego das forças militares e militarizadas estacionadas ou em serviço na província (Bacelar, 2000).

Após o General Kaúlza de Arriaga assumir funções como CC, em 1970, aglomerou em Nampula todos os órgãos de comando e direção, numa tentativa de centralização do comando e controlo das operações e acompanhamento da evolução da situação económica e militar, criando para o efeito, as seguintes Zonas e Comandos:

- ZOT, dividida em três Sectores e com um comando de zona situado em Tete;
- Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI), para conduzir o emprego das reservas do CC;
- Comando Operacional de Defesa da Barragem de Cahora Bassa (CODCB), com o intuito de defender as obras da Barragem no Rio Zambeze;
- Comando de Cargas Críticas, com o intuito de garantir a segurança no transporte de material e equipamento para as obras da Barragem do Rio Zambeze;
- Comandos Navais e Comandos Aéreos Territoriais.

Uma vez mais, o CTC e o CTS continuaram sem alterações, relativamente à sua organização. Por sua vez, o Setor do Zambeze passa a incluir a ZIN. Todos estes Comandos ficaram na dependência do CC, criando-se um comando único (Bacelar, 2000).

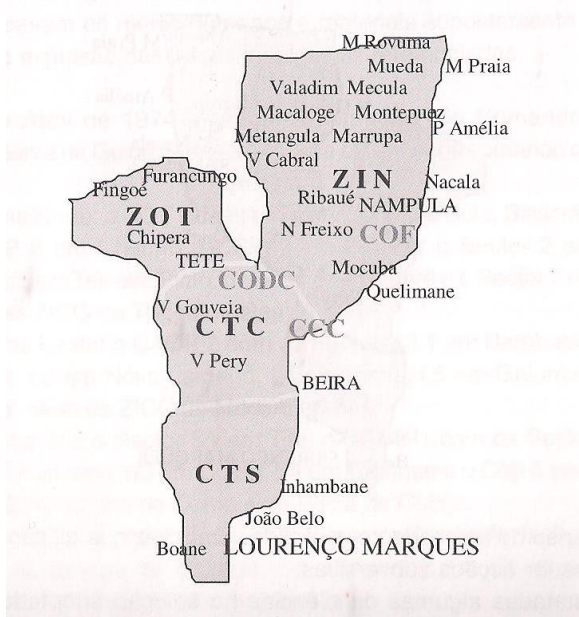


Figura 5 – Divisão Militar, em Moçambique, em 1970
Fonte: Bacelar, 2000



A principal alteração ocorrida no que diz respeito ao dispositivo aéreo, teve lugar a partir de 1970, quando o QG da 3.^a Região Aérea, que se encontrava em Lourenço Marques desde o início do conflito, passou para Nampula (Bacelar, 2000).

No dispositivo da Marinha, a alteração mais significativa ocorre quando, em 1967, a Lancha de Fiscalização Pequena (LFP) e as duas lanchas de desembarque médias (LDM), que a Marinha possuía em Moçambique, foram levadas para o lago de Niassa, sendo criado o Comando das Forças de Marinha na ZIN. Com a evolução de Nampula para CC, a Marinha criou o Comando Naval Avançado em Nampula e o Comando Naval Recuado em Lourenço Marques (CEM, 2002-2004).



Conclusões

A realização do presente trabalho, após atribuição do tema a tratar, iniciou-se com uma análise do tipo de dados relevantes para a sua realização, bem como do método de pesquisa e do método de análise. Verificou-se que dada a distância temporal face aos acontecimentos, a vastidão das matérias a tratar e a variedade de ambientes e níveis em que estes acontecimentos tiveram lugar, teria de existir um esforço inicial coordenado e necessariamente orientado em dois campos específicos, designadamente: a reunião de bibliografia adequada, credível e suficiente, que respondesse às questões mais susceptíveis de serem influenciadas pela experiência pessoal e opinião dos autores e também a condução de entrevistas semi-estruturadas a militares, cuja experiência na área apresentasse especial relevância para o trabalho em curso.

Decorrente do que foi anteriormente referido e pela complexidade do tema, foram também conduzidas duas entrevistas exploratórias a oficiais com créditos reconhecidos na área da investigação, que permitiram delimitar objetivamente o objeto de estudo, de entre as áreas estratégico-militar e operacional que o tema engloba.

Face à grande quantidade de dados reunidos inicialmente, optou-se por incidir mais na análise qualitativa dos dados históricos disponíveis, principalmente naqueles cujos autores tivessem vivenciado os acontecimentos descritos. Foi através desta análise, fazendo uso do raciocínio indutivo, que nos foi possível tirar conclusões que se aplicassem a todo o território de Moçambique, aos níveis que o tema define e obedecendo às delimitações inicialmente definidas.

Foi formulada uma pergunta de partida e três perguntas derivadas, apresentadas e tratadas durante o corpo do trabalho.

Através das conclusões retiradas das perguntas derivadas foi-nos possível responder de forma satisfatória à pergunta de partida, caracterizando a campanha de Moçambique com especial ênfase no nível operacional.

Existiram diversos fatores com influência direta ou indireta na estrutura operacional presente no TO e que resultaram na sua alteração e evolução, pelo que importa referir as que se consideram mais incisivas e catalisadoras dessas mudanças. No que concerne à organização das FFAA na metrópole, diversos fatores tiveram repercussões no TO, dos quais se destacam a existência de uma cadeia de comando com pouca iniciativa e pouco preparada para comandar, fruto dos escassos recursos disponíveis para treino e preparação das forças e pouca motivação para se ver envolvida no conflito, o que em último caso



gerou lutas internas, que se vieram a repercutir no TO, minando também a estrutura de comando aí existente. Importa também salientar que, além da pouca preparação e escassos recursos das FFAA em território continental, o treino que possuíam não se encontrava adequado ao que iriam encontrar no TO.

Face ao que antecede e à necessidade de combater um tipo de ameaça até aí desconhecido e ao evoluir do conflito, as estruturas operacionais existentes no TO foram sofrendo alterações. Houve a necessidade de separar a figura de CG do CC, a fim de permitir tirar maior partido da administração civil, claramente motivada pela necessidade de desenvolver economicamente a região e permitir que o CC centrasse as suas atenções na condução e acompanhamento das operações. Com o aumento da intensidade das atividades subversivas, verificou-se a necessidade de o CC delegar alguns poderes a fim de poder centrar os seus esforços nas áreas de maior importância operacional, pelo que foi criada a figura de CC adjunto. No seguimento do aumento da atividade subversiva, criaram-se zonas de atuação, consoante o grau de incidência dos movimentos subversivos. Surgiram assim as ZI, que eram zonas onde se verificava maior incidência de ações da guerrilha e os CTerr, com menor atividade e exigência operacional.

Importa também referir que a evolução da estrutura operacional no TO de Moçambique se encontra diretamente relacionada com as variáveis Militar – Social – Ambiente Físico e a forma como se influenciam umas às outras de forma contínua e cíclica, tendo por elemento de ligação a população. Na medida em que a ameaça se transforma e evolui, também as FFAA se adaptaram, como explicado anteriormente. Da mesma forma, quando as FFAA se transformavam, também a ameaça tinha de responder a essas alterações, para repor o equilíbrio. Por sua vez, a população era a base para esta relação. O seu apoio a um lado ou ao outro dava ou retirava força a esse lado. Dessa forma, a atividade militar “conquista” ou empurra a população para a subversão, o que pode potenciar as capacidades da guerrilha. Quando tal acontece, existe um aumento de ações subversivas e a necessidade de maior reação das FFAA, criando ZI. Também o ambiente físico teve grandes implicações na implantação e atuação das forças no terreno, condicionando também de forma muito relevante a estrutura logística, que teve de se aproximar das forças a apoiar, tendo essa aproximação e aumento de capacidade de apoio tido repercussões na estrutura operacional.

As conclusões anteriormente elencadas levaram à satisfação dos objetivos definidos, podendo constituir-se, futuramente, como uma base de trabalho sólida e válida a quem escolher aprofundar esta complexa temática.



No decorrer dos trabalhos, surgiram dificuldades e limitações, de natureza diversa e variado grau, de onde se destacam as relacionadas com as limitações de tempo existentes, que se manifestaram relevantes condicionantes na pesquisa das fontes documentais e principalmente nas não documentais, mas fundamentalmente limitações de natureza editorial, pela grande dificuldade na seleção dos dados a integrar no trabalho, fruto da qualidade da informação disponível.

Não tendo sido desenvolvidas, consideramos que existem algumas áreas que merecem ser aprofundadas. São elas:

- A análise das variáveis operacionais presentes no TO de Moçambique, englobando a variável económica e política;
- A análise mais aprofundada da temática tratada na PD 1, que tratava da organização das FFAA entre 1964 e 1975, na metrópole, que teve de ser abreviada;
- A Análise mais aprofundada da relevância da Marinha e da Força Aérea no decorrer do conflito.



Bibliografia

Livro impresso

Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2000. *Guerra Colonial*. 2ª ed. s.l.:Editorial Notícias.

Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2010. *Os Anos da Guerra Colonial-1961.1975*. 1ª ed.

Matosinhos: QUIDNOVI.

Aniceto Afonso, C. d. M. G., 2010. *OS ANOS DA GUERRA COLONIAL 1961-1975*. 1ª ed.

s.l.:QuidNovi.

Antunes, F., 1990a. *O Fator Africano 1890-1990*. s.l.:Bertrand.

Antunes, F., 1995b. *A Guerra de África 1961-1974*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Arriaga, K. d., 1987. *Guerra e Política - em nome da verdade, os anos decisivos*. Lisboa:

Edição Referendo.

Arriaga, K. d., 1988. *Estratégia Global*. Lisboa: Referendo.

Bacelar, S. B. e., 2000. *A Guerra em África 1961-1974 – Estratégias Adotadas pelas Forças Armadas*. s.l.:s.n.

Bernardo, M. A., s.d. *Combater em Moçambique-Guerra e descolonização-1964-1975*.

s.l.:Prefácio.

Castro, A., 1976. *O Sistema Colonial Português em África (meados dos séculos XX)*.

Lisboa: Editorial Caminho.

CECA, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Enquadramento Geral*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

CECA, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Dispositivo das Nossas Forças em Moçambique*. Lisboa: EME.

CECA, 2006. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - Aspectos da Actividade Operacional*. 1ª ed. s.l.:Estado-Maior do Exército.

CECA, 2012. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. Lisboa: EME.

Clausewitz, C. v., 1996. *Da Guerra*. s.l.:WMF Martins Fontes.

EME, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva, III Acção Psicológica*. 1ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1966a. *O Exército na Guerra Subversiva, III Acção Psicológica*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1966b. *O Exército na Guerra Subversiva, IV Apoio às Autoridades Civas*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1987. *RC 130-1 Operações*. Lisboa: s.n.



- Estratégia, I. L. d., 1953. *Visões Estratégicas no Final do Império - 1944 Conduta das Operações Coloniais*. s.l.:s.n.
- Ferreira, J. J. B., 2002. *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português – Da Conferência de Berlim à Descolonização*. s.l.:HUGIN.
- Ferreira, J. J. B., 2003. *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português e a Inserção das FA na sociedade*. s.l.:HUGIN.
- Hing, T., 2010. *A Cooperação Civil-Militar e os Assuntos Cíveis na Doutrina Militar Nacional*, Lisboa: s.n.
- IAEM, 1976. *5ª Repartição - Assuntos Cíveis/Relações Públicas e Operações Psicológicas*. Lisboa: s.n.
- IAEM, 1986. *Estudo sobre a População de Moçambique na subversão e contrasubversão - 1965/1966*. Lisboa: C.A.C..
- Martins, G. F., 1945. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Naval, C. M., 1957. *Anais do Clube Militar Naval*. Especial ed. Lisboa: Clube Militar Naval.
- Oliveira, H., 1962. *A Batalha da Certeza (Acção Psicossocial)*. Lisboa: s.n.
- Pélissier, R., 1994. *História de Moçambique: Formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Estampa.
- Português, E., 2012. *PDE 3-00 Manual de Operações*. Lisboa: s.n.
- Quivy, R. & Campenhout, L. V., 2005. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Raymond Quivy, L. V. C., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. s.l.:Gradiva.
- Santos, V., 1997. Perspectivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento. *Nação e Defesa*, Issue 82, pp. 81-135.
- Selvagem, C., 1931. *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Velez, R. B., 2012. *Salazar Tchombé O envolvimento de Portugal na Questão do Catanga (1961-1967)*. Lisboa: DG Edições.
- Visacro, A., 2009. *Guerra Irregular, Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao Longo da História*. s.l.:Editora Contexto.



Informação retirada de Portal/página Web

Anon., 2016. *Gov.pt*. [Online] Available at: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/chefes-de-governo/chefes-de-estado.aspx> [Acedido em 10 maio 2016].

Livro eletrónico (e-book)

Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.

Garcia, F. P., 2011. *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974) - Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em História*. Porto: Universidade Portucalense.

Entrevistas

Coutinho, M. A. X. P., 2016. *Entrevista Enquadramento Moçambique - Experiência Profissional* [Entrevista] (22 04 2016).

Material de arquivo

COFI, C. O. d. F. d. I., 1972. *Relatório de Acção nº 01/72. Operação Nó Górdio*. Nampula: Arquivado no Arquivo Histórico Militar.

Teses e dissertações

CEM-IAEM, 2002-2004. *As Campanhas em Moçambique Durante o Conflito Ultramarino Português*. s.l.:IAEM.

Imagens e fotografias

Ultramar.terraweb, s.d. *Ultramar.terraweb*. [Online] Available at: http://ultramar.terraweb.biz/RMMFilipeAbreu/FAP_Mocambique.pdf [Acedido em 07 07 2016].



Anexo A – Quadro Metodológico

OBJETIVO GERAL	PERGUNTA PARTIDA	PERGUNTAS DERIVADAS	OBJETIVOS ESPECIFICOS	CAPÍTULOS
Caracterizar a campanha de Moçambique, ao nível operacional e a sua evolução, de acordo com as especificidades do TO de Moçambique, atores presentes e características ambientais.	Como estava estruturado o Comando Operacional no Teatro de Operações de Moçambique no período de 1964 a 1975?	Como estavam organizadas as Forças Armadas Portuguesas entre 1964 e 1975, na metrópole?	Descrever o contexto internacional e de Portugal, a evolução dos movimentos de libertação e as mudanças das forças portuguesas em Portugal até ao início do conflito armado;	Capitulo 1 e Capítulo 3
		Como estavam organizadas as Forças Armadas Portuguesas no Teatro de Operações de Moçambique, entre 1964 e 1975?	Descrever o enquadramento operacional no TO de Moçambique e as principais alterações operacionais ocorridas no TO durante o conflito;	Capitulo 3
		Quais as características operacionais que mais influenciaram os diversos atores no TO de Moçambique?	Descrever as variáveis Operacionais mais influentes no TO	Capitulo 2



Anexo B – Entrevista ao Exmo. Major-General António Xavier Pereira Coutinho

Identificação do entrevistado

Posto: Major-General, na situação de reforma

Nome: ANTÓNIO XAVIER ABREU Y CAMPOS PEREIRA COUTINHO

Última Função: 2.º Comandante da Região Militar do Sul

Enquadramento:

Quando foi mobilizado para Moçambique pela primeira vez, como major, já tinha cumprido duas comissões de serviço como capitão:

- Uma em Goa, no ex-Estado Português da Índia, como comandante do Esquadrão de Reconhecimento N.º 4, entre 27 de março de 1961 e a invasão pela União Indiana. (O ERec 4, durante a invasão executou uma ação retardadora entre POLÉM e MARGÃO, no Sul de Goa).
- Outra em Angola, como comandante da Companhia de Cavalaria N.º 628, que pertencia ao Batalhão de Cavalaria N.º 631. Esta companhia desempenhou missões de interdição de fronteira, quadrícula e intervenção.

Identificação das unidades onde prestou serviço no TO Moçambique

Na primeira comissão de serviço em Moçambique, desempenhou as funções de oficial de operações do Comando de Agrupamento N.º 2963, sucessivamente no Setor D (Zambézia) e no Setor E (Marrupa), que ficava situado entre os Setores A (Vila Cabral) e o B (Cabo Delgado), no Norte de Moçambique. Quando o Comando de Agrupamento foi para zona de descanso, foi reconduzido para a 3.ª Repartição do Quartel General, onde chefiou uma secção recém-formada, destinada a controlar os Grupos Especiais, Grupos Especiais Paraquedistas e a autodefesa das populações.

Na segunda comissão de serviço em Moçambique, desempenhou as funções de chefe do estado-maior do Comando Operacional da Defesa de Cahora Bassa.

Questões:

1 – Qual a estrutura política presente no TO?

R: O TO situava-se na província ultramarina portuguesa de Moçambique. Como toda a província ultramarina, tinha um Governador-Geral que dependia do Ministro do Ultramar. Toda a estrutura política era regulada pela Constituição Política e Administrativa da Nação, que na altura estava em vigor.

2 – Como era feita a ligação entre a estrutura política do TO e o Comando militar no TO?

R: O Governador-Geral, dependia do Ministro do Ultramar e o Comandante-Chefe do TO, do Ministro da Defesa.

A Carta de Comando do Comandante-Chefe, estabelecia que o Comandante-Chefe colaborava com o Governador-Geral na execução das responsabilidades da manutenção da soberania e da ordem pública no território e águas territoriais da Província que àquele competem e em todos os assuntos interessando a segurança militar e não diretamente a cargo das forças sob seu comando.

A ligação era feita através do Conselho de Defesa Militar, cuja reunião era proposta pelo Comandante-Chefe ao Governador-Geral, sempre que fosse considerada indispensável ao



conhecimento e resolução dos problemas para a defesa e segurança do território, incluindo os que digam respeito à manutenção da ordem pública.

3 – Como se encontrava organizada a estrutura militar portuguesa e de comando no TO?

R: O Comandante-Chefe, hierarquicamente superior a todos os oficiais que serviam no TO, exercia o comando efetivo de todas as forças militares do TO, coadjuvado estreitamente pelos Comandantes-Adjuntos.

Era responsável pela defesa do território, das águas territoriais e do espaço aéreo, que constituem o TO, exercendo o **comando operacional** sobre todas as forças militares nele estabelecidas e sobre as forças militarizadas que lhe sejam postas à disposição pelo Governo da Província.

Competia-lhe:

- Impulsionar a preparação operacional das forças sob as suas ordens;
- Determinar a execução dos estudos e a elaboração dos planos de mobilização militar e colaborar com o Governador-Geral nos assuntos referentes à mobilização civil e à reunião dos recursos indispensáveis às operações;
- Propor ao Governo da Província a convocação do Conselho de Defesa;
- Propor ao Governo da Província a colocação sob Governo Militar da área ou das áreas, onde tal seja conveniente, para garantir a defesa e a segurança do território, incluindo os que digam respeito à ordem pública;
- Orientar e coordenar as atividades de informação e de contrainformação;
- Promover a colaboração dos Serviços de Centralização e Coordenação das Informações e da Delegação Provincial da Direção Geral de Segurança;
- Planear a conduta da defesa, articulando os meios à disposição e constituindo comandos operacionais;
- Planear, comandar e conduzir as operações e verificar a sua execução pelos comandos subordinados;
- Planear e expedir diretivas de natureza logística relacionadas com a atividade operacional ou que possam ter influência na eficiência das tropas;

A estrutura militar estava organizada, nas zonas onde havia ações armadas por parte do In, em setores operacionais, que enquadravam vários batalhões de caçadores. Nas zonas onde não havia luta armada, em comandos territoriais.

Existia a Região Militar de Moçambique, como QG em NAMPULA. As 2.^a Repartição (Informações), a 3.^a Repartição (Operações) e a 5.^a Repartição (Ação Psicológica) serviam o QG do Comando-Chefe.

O Comando Naval tinha o QG em LOURENÇO MARQUES (MAPUTO) e o Comando Aéreo na BEIRA.

Recomendo a consulta do livro “GUERRA COLONIAL” da autoria de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, onde a evolução da estrutura militar em Moçambique vem bem explicada. Também na publicação da Comissão de História sobre a Guerra no Ultramar, no tomo referente a Moçambique, tudo vem muito bem explicado.

4 – Quem definia a forma como a Campanha deveria ser conduzida operacionalmente, a estrutura militar ou a estrutura política no TO?

R: Era a estrutura militar que definia a forma como a Campanha deveria ser conduzida operacionalmente

4.1 – Quais as lacunas verificadas na relação entre poder político e estrutura militar no TO? (coordenação...) Quais as implicações com a condução da Campanha?



R: Estruturalmente nunca encontrei lacunas. Verifiquei que todos os problemas resultavam mais de posições pessoais do que de problemas estruturais. Só tiveram influência na condução da Campanha as posições “politicamente corretas”, quer a nível internacional, quer nacional, tomadas pelos mais altos escalões da decisão política.

5 – Quais as lacunas verificadas na estrutura militar e sua organização, ao nível do Comando e Estado-Maior (ou estrutura equivalente)? Quais as implicações verificadas ao nível operacional?

R: Não detetei lacunas na estrutura militar e sua organização, ao nível do Comando e Estado-Maior (ou estrutura equivalente). As deficiências resultavam da incompetência dos indivíduos e do pouco empenho que dedicavam à sua missão específica.

É evidente que a nível operacional há implicações, pois, se os efetivos não estão completos e com moral alto, se as informações forem deficientes, se o planeamento operacional não for competente e se o suporte logístico não estiver garantido, não pode haver execução operacional de qualidade.

6- Qual foi na sua opinião a principal dificuldade nas relações entre os diversos ramos e entre a componente política?

R: Na época aquilo a que pomposamente chamam de “componente política” não era mais do que a estrutura administrativa da província.

Na altura, esta estrutura administrativa estava ultrapassada nos conceitos e nos métodos. Não se conseguiu atualizar, enfermava de ideias, sistemas e modos de atuação desajustados da realidade e da atualidade.

A maioria das dificuldades resultavam da falta de harmonia e de propósitos entre o Governador-Geral e o Comandante-Chefe.

Também, entre os diferentes ramos, as dificuldades de relacionamento eram provocadas, a todos os níveis, por posições meramente pessoais.

7 – Quais foram na sua opinião os principais erros e fragilidades encontrados a nível de Comando entre os Comandantes Chefe dos TO e as vontades políticas da metrópole?

R: Em minha opinião, as principais causas dos erros e fragilidades foi a falta de decisão política sobre o TO onde se devia executar o esforço e a escassez de recursos para fazer frente a um desafio, que estava fora das nossas capacidades, se não fosse conduzido com muita sensatez, prudência e equilíbrio. De notar, que em 1970, a capacidade de mobilização de pessoal tinha atingido um nível impossível de ultrapassar.

Como a manta era muito curta, os Comandantes Chefe pediam mais meios, como o poder político não tinha, não ficavam satisfeitos porque viam comprometida a sua missão.

8 – Considera que a estrutura estratégica e operacional adotada no TO de Moçambique poderia ter sido outra, beneficiando-o?

R: Considero que o principal erro político que teve muita influência na luta em Moçambique resultou da leviandade com que o governo de Lisboa se decidiu pela construção da barragem de Cahora Bassa.

A barragem de Cahora Bassa, uma realização de excepcional grandeza e importância no domínio da economia, poderia ter sido utilizada para transformar e enriquecer todo o vasto vale do médio e baixo ZAMBEZE. Contudo, a construção da barragem foi iniciada sem que tivesse sido feita qualquer avaliação da sua projeção nos domínios político e estratégico.



A barragem de Cahora Bassa depressa se transformou no símbolo do sucesso. Ou era construída sem perturbações significativas e Portugal tinha sido bem-sucedido, ou não era construída e Portugal estaria derrotado. A Barragem de Cahora Bassa foi construída com sucesso dentro dos prazos estabelecidos sem ter havido perturbações significativas durante a sua construção. Disso sou eu testemunha.

Por outro lado, naquele momento, a construção da barragem não se justificava porque em Moçambique, na Zâmbia e na Tanzânia ainda não havia desenvolvimento capaz de absorver a quantidade de energia e a África do Sul e a Rodésia já eram autossuficientes em energia elétrica.

Portugal, ao aceitar, como contrapartida económica, para conseguir o financiamento do projeto, que a distribuição da energia elétrica fosse feita a partir de uma central, a Central Apolo, em território da África do Sul. Portugal, portanto, não tinha qualquer controlo sobre a distribuição da energia produzida na central elétrica de Cahora Bassa.

Falar das coisas passados muitos anos, é cómodo e fácil. As muitas “*verdades*” são todas relativas e virtuais. Toda a estrutura estratégica e operacional se mede pelos resultados. Se no TO de Moçambique poderia ter sido outra? Não sei. Já não temos possibilidade de verificar se resultou ou não. Tudo o resto são fantasias.

9 – Considera que a execução de ordens era descentralizada aos mais baixos escalões, ou seja, havia liberdade de ação para tomar decisões indo ao encontro do que eram as intenções políticas e militares dos Comandantes?

R: Os Comandantes só tinham intenções militares. As intenções políticas dos que eram verdadeiros militares ficavam à porta da guerra.

Em todos os escalões havia liberdade de ação na forma como cada comandante subordinado decidia cumprir o imperativo da missão.

Houve um assunto que o Exmo. Major-general Pereira Coutinho considerou muito importante e pertinente, que não foi abordado em nenhuma das questões da entrevista.

Tal assunto, diz respeito à degradação da qualidade dos graduados, que enquadravam as unidades companhia e escalões abaixo e referiu que muitas vezes foi encontrar um capitão miliciano a comandar uma companhia, onde o único elemento do quadro permanente era o 1.º Sargento, que já não sabia responder nem tinha a quem perguntar, que tinha era responsável:

- pela execução da atividade operacional,
- pelo reabastecimento da companhia, a companhia é que tinha de ir buscar os géneros, por vezes a dezenas de quilómetros do local do estacionamento,
- pelo abastecimento de água, por vezes a um riacho que ficava a alguns quilómetros do estacionamento (conheci um caso onde quem queria lavar a cara não comia sopa e o reboque tanque de água muitas vezes era furado pelo fogo do In),
- pelos vencimentos,
- pela disciplina, moral e bem-estar do pessoal,
- pela defesa do estacionamento,
- por manter operacionais as viaturas, por vezes só estavam atribuídas 60% das que constavam dos Q.O.M.,
- pela elaboração dos relatórios operacionais, de pessoal e logísticos,
- etc, etc, etc.

Em sua opinião, esta degradação aliada á pobreza do equipamento e do armamento foram a principal causa do agravamento da situação nos diferentes TO.



Anexo C – Entrevista ao Exmo. Major-General António Xavier Pereira Coutinho – outros assuntos abordados

Dados da Unidade

1. Primeira comissão em Moçambique

a. **Setor D** (Zambézia) – De maio a novembro de 1969.

1) Missão Geral do Agrupamento

- Patrulha intensamente toda a sua ZA, com vista à pesquisa de notícias, determinação das linhas de infiltração e das atividades terroristas;
- Destroí os núcleos terroristas detetados;
- Garante a liberdade de movimentos nos itinerários da ZA;
- Em coordenação com as autoridades civis, colabora na proteção das populações.

2) Efetivos

Um Comando de Agrupamento, dois batalhões de caçadores (cada um com CCS e 4 companhias de caçadores), um Pel A/D do Serviço de Material, 1 Pelotão de Intendência e um Destacamento de Transmissões, com cerca de 1700 homens (Oficiais – 6%, Sargentos – 12%, Praças – 82%).

b. **Setor E** (Marrupa) – De novembro de 1969 a setembro de 1970.

1) Missão Geral do Agrupamento

- Patrulha intensamente toda a sua ZA, com vista à pesquisa de notícias sobre as atividades terroristas e determinação e interdição das linhas de infiltração utilizadas pelo Inimigo;
- Destroí os núcleos terroristas detetados;
- Garante a liberdade de movimentos nos itinerários da ZA;
- Garante a segurança da linha de caminho de ferro e dos comboios no troço MUTUALI- NOVA FREIXO – CATUR.
- Em coordenação com as autoridades civis, colabora na proteção das populações.

2) Efetivos

Um Comando de Agrupamento, três batalhões de caçadores (cada um com CCS e 3 companhias de caçadores), uma CEng, um Pel A/D do Serviço de Material, 1 Pelotão de Intendência, um Destacamento do Serviço de Transportes, um Destacamento de Transmissões e um Destacamento de Escuta e Análise de Tráfego da CHERET, com cerca de 2.400 homens (Oficiais – 6%, Sargentos – 12%, Praças – 82%).

2. Segunda comissão em Moçambique

a. Missão Geral

Garante a segurança próxima, imediata e interna do complexo de CAHORA BASSA. O Comando Operacional da Defesa de Cahora Bassa (CODCB), foi constituído em julho de 1971, tendo em atenção a necessidade da existência de forças orientadas especificamente para a segurança próxima de Cahora Bassa e do seu eixo de reabastecimento terrestre – a estrada TETE – SONGO.

A partir do início de 1972, passou também à responsabilidade do CODC a segurança interna e imediata de CAHORA BASSA, anteriormente a cargo de forças militarizadas na dependência do Governo do Distrito de TETE.

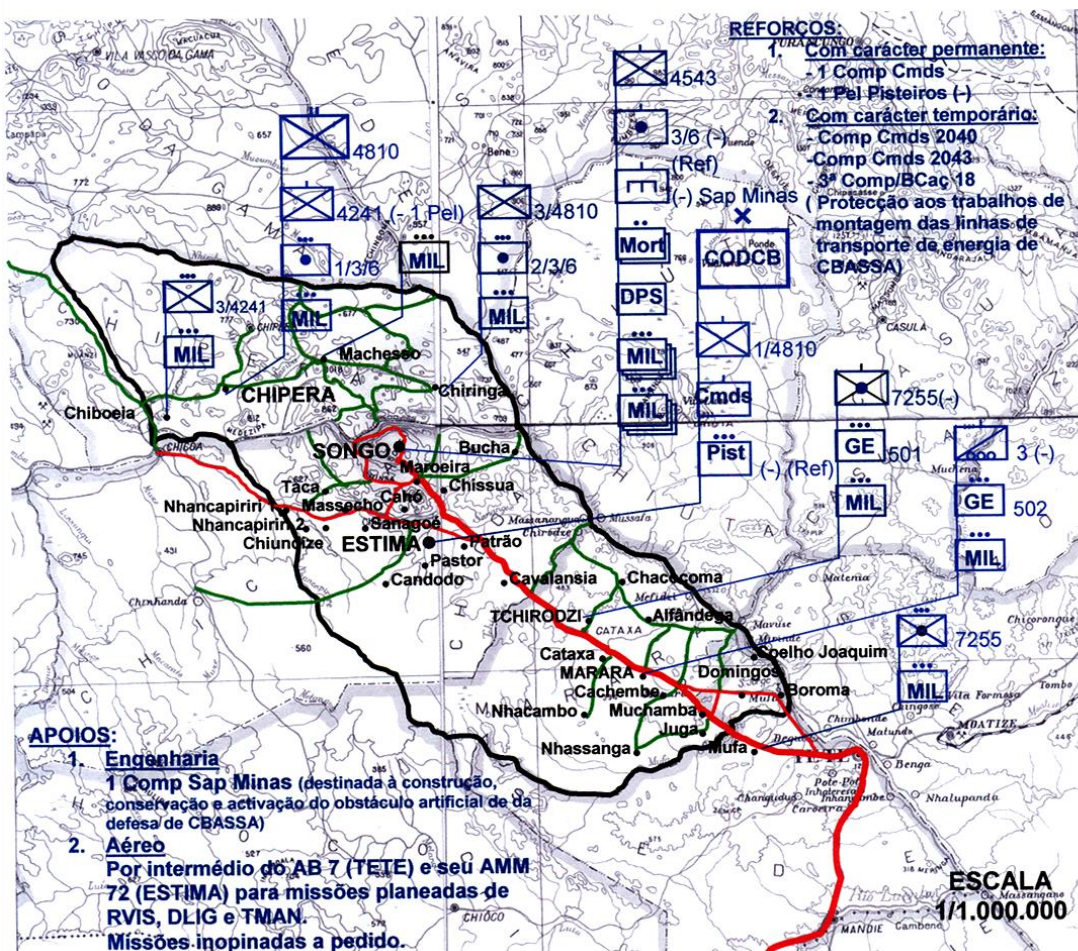
b. Efetivos

Um Comando de Agrupamento reduzido, um Comando e CCS de Batalhão de Caçadores, 1 Companhia de Comandos, 4 Companhias de Caçadores, 1 Esquadrão de Cavalaria, 1 Bateria de Artilharia (2 Pel 8,8 cm e 2 Pel 14 cm), 1 Companhia de Sapadores de Minas, 1 Pelotão de Pisteiros (-), 2 Grupos Especiais, 34 Grupos de Milícias e o Destacamento Policial do Songo, com cerca de 2.650 homens (Exército:



1.650; Grupos Especiais: 80; Milícias: 800 e PSP: 120) (Oficiais – 6%, Sargentos – 12%, Praças – 82%).

1) Dispositivo



Alem dos indicados, existiam Grupos de Milícias nos seguintes aldeamentos:

NHANCAPIRIRI 1	NHANCAPIRIRI 2	CHIUNDIZE	TACA	MASSECHO
SANANGOÉ	MAROEIRA	CAHÓ	BUCHA	MUCHAMBA
CHISSUA	CANDODO	CAVALANSIA	CATAXA	CHACOCOMA
ALFÂNDEGA	COELHO JOAQUIM	DOMINGOS	BOROMA	NHACAMBO
NHASSANGA	JUGA	CACHEMBE		

Figura 6 – Dispositivo 2ª Comissão Moçambique

Fonte: Coutinho, 2016

b. O Inimigo na área do CODCB

1) Composição e dispositivo do In dentro do Sector do CODCB

a) A Norte do R. ZAMBEZE

A parte do Sector do CODCB a Norte do R. ZAMBEZE, sob o ponto de vista político-administrativo, pertencia ao “Distrito da Chipera”, cujos órgãos distritais, se admitia estarem localizados na região da Serra de CHIPIRINCUAZE. O responsável por este distrito era o SANTOS MONTEIRO.

Na dependência do Distrito da Chipera estavam:

- Localidade da CHIBOEIA
- Círculo MALULO
- Círculo CHITOSSE



- Círculo CHIVUNGO
- Círculo NHAZULULI.

A organização político administrativa tinha apreciável estado de desenvolvimento, dispondo os diferentes órgãos de milicianos armados para sua defesa.

A área do CODCB a Norte do Rio ZAMBEZE, inscrevia-se no 1.º Sector do In e dependia diretamente dos seus 3.º e 4.º destacamentos, respetivamente, DESTACAMENTO CAHORA BASSA e DESTACAMENTO MPALWÉ.

Admitia-se que o Destacamento CAHORA BASSA era responsável pela região a Leste da CHAMANGA e o Destacamento MPALWÉ pela região a Oeste.

b) A Sul do R. ZAMBEZE

Toda a região do Sector do CODCB a Sul do R. ZAMBEZE, pertencia territorialmente ao 5.º Destacamento (MARARA) do 4.º Sector do In.

O 5.º Destacamento era comandado por FERNANDO NAPULULA, que tinha como seu adjunto NORIATE COLHER. O 5.º Destacamento não tinha uma base fixa, mas sim vários locais de refúgio, situados num círculo com cerca de 15 Km de raio e com centro junto às nascentes do R. MEFIDZE, que ocupava em conformidade com a situação na área. O 5.º Destacamento In tinha por missão dificultar o desenvolvimento de CAHORA BASSA, através de ações sobre os meios de comunicação e efetuar a ligação com o 2.º Destacamento.

No princípio de 1974, estimava-se que tivesse um efetivo de cerca de 200 guerrilheiros armados. Como armamento foram referenciados (as):

- Espingardas automáticas AK-47 (KALASHNICOV)
- Pistolas Tula-Tokarev
- Metralhadoras ligeiras Degtyarev RPD
- Metralhadoras pesadas Guryunov
- Lança-granadas foguete RPG-7
- Morteiros de 60 e de 82 mm
- Canhões sem recuo de 82 mm B-10
- Foguetões de 122 mm
- Mísseis antiaéreos SA-7 Grail-Strella
- Minas anticarro e antipessoal.

O 5.º Destacamento, além da base principal, dispunha de 6 sub-bases (bases de patrulha), com um efetivo de 10 a 12 elementos armados, não tendo localização certa.

2) Atividade do In

a) Características

O In atuava principalmente pela implantação de engenhos explosivos, flagelações em reação à atividade das NT e, esporadicamente, por ações contra os aquartelamentos e os aldeamentos.

Era muito ardiloso na implantação de engenhos explosivos, que utilizava em profusão, obrigando quando dos deslocamentos a uma cuidadosa prospeção do leito das picadas e a uma progressão muito cautelosa ao longo dos caminhos gentílicos e terrenos adjacentes.

Aproveitava muito bem o acidentado do terreno, não só para a instalação dos seus órgãos militares e político-administrativos, mas principalmente para efeitos de observação à distância, conseguindo, a maior parte das vezes, detetar com oportunidade os movimentos das NT.

b) Ações levadas a cabo pelo Inimigo

Durante o ano de 1972, o In levou a efeito no Sector do CODCB, cerca de 140 ações violentas:

- Emboscadas e flagelações (50%)
- Implantação de engenhos explosivos (30%)



- Ações sobre populações (20%)

No ano de 1973, verificaram-se cerca de 150 ações violentas do In.

Duma forma geral, mantiveram-se as percentagens verificadas no ano anterior, em cada tipo de ação.

Nos finais de 1973 e princípios de 1974 a atividade do In, especialmente sobre as populações, sofreu um substancial incremento. Os efetivos e os meios que empregava fizeram-nos concluir que o 5.º Destacamento tinha sido reforçado em efetivos e meios. No ataque ao aldeamento do NHACAMBO utilizou canhões sem recuo, RPG-7, morteiros de 82 mm e armas automáticas. O efectivo do In era superior a 100 elementos combatentes, acompanhados por muita população sob seu controlo para carregar o saque. O ataque foi comandado diretamente pelo NAPULULA.

O In deixou sete mortos no terreno com o respetivo armamento. A população e as milícias de proteção sofreram 17 mortos (3H, 5M e 9C), 3 feridos graves e 22 ligeiros (4H, 11M e 10C). A brutalidade deste ataque pode ser testemunhada pelas fotografias a seguir, tiradas pela Cruz Vermelha.



Figura 7 – Aspeto geral da destruição no aldeamento do NHACAMBO
Fonte: Coutinho, 2016

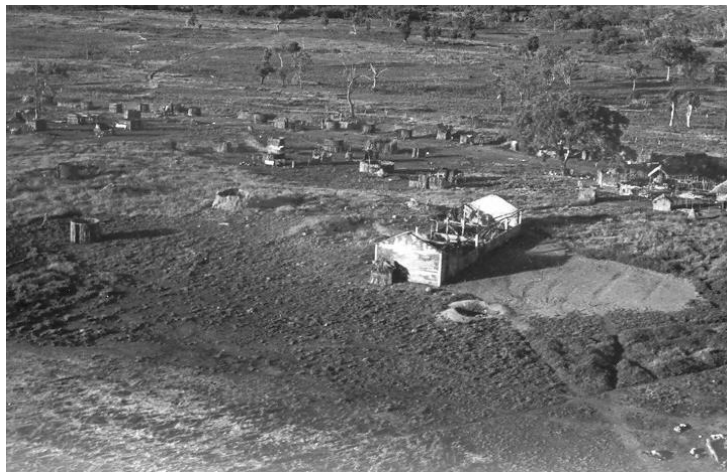


Figura 8 – Em primeiro plano, o edifício da escola destruído.
Fonte: Coutinho, 2016

a. Atividade das Nossas Tropas

1) Sub-Sector da CHIPERA

A atividade operacional era especialmente orientada para ações de contraguerrilha com a finalidade de garantir, a NORTE, a segurança dos trabalhos no complexo de CAHORA BASSA.

As forças atuavam a partir de Bases Táticas (BT), por forma a poderem atingir com maior facilidade as regiões mais afastadas e serem capazes de executar ações mais prolongadas.

As tarefas a cumprir, também incluíam a segurança próxima e imediata dos quartelamentos, as escoltas a colunas de viaturas e a abertura de itinerários.

O efectivo mínimo aconselhado para os Grupos de Combate, era de 20 homens quando isolados, ou de 15 homens quando era empenhado mais que um grupo.

2) Comando da Defesa Imediata de CABORA BASSA

A defesa interna e imediata do perímetro de CABORA BASSA, a cargo da CCAç 4543, dos Grupos de Milícias e do D.P.S., baseava-se:

- Na existência de um obstáculo, constituído por 150.000 minas antipessoal, ativado e vigiado, na periferia do perímetro de CAHORA BASSA, com uma extensão de cerca de 50 quilómetros.

- Numa linha de 15 postos defensivos periféricos, ao longo do obstáculo artificial, aos quais competiam as seguintes tarefas:

- Vigilância, patrulhamento e fiscalização do obstáculo artificial;
- Canalização do pessoal que pretendia entrar ou sair do perímetro

de CAHORA BASSA para os respetivos postos de controlo;

- Patrulhamento das áreas próximas do obstáculo artificial.

- No controlo de acessos e saídas, segundo normas específicas, a que tinham de ser sujeitos todos os indivíduos que pretendiam entrar ou sair do perímetro de CAHORA BASSA, quer por via terrestre (Posto de Controlo Principal e Destacamento Policial do SONGO), quer por via aérea (Posto de Controlo Aéreo).

3) Na parte do Sector a Sul do R ZAMBEZE (Exceção ao CDICB)

a. Atividade operacional específica

i. Colunas diárias de reabastecimento para CAHORA BASSA



Uma, de manhã, no sentido MAROEIRA – TETE e outra, na parte da tarde, no sentido inverso, a cargo da companhia de ESTIMA (1.ª/BCaç 4810), empenhando, para o efeito, diariamente, um GComb.

Nas colunas da responsabilidade do CODCB era integrada uma força de 15 elementos, constituída por duas equipas de Comandos e uma equipa de Pisteiros, que em caso de ação do In, constituía o principal núcleo de reação.

(O Com Sec “F”, tinha também à sua responsabilidade duas colunas diárias).

ii. Segurança da estrada TETE – SONGO

A cargo da companhia do TCHIRODZE e do seu destacamento de MUFA, na qual empenhavam em permanência 1 GComb e 1 Sec (+), que eram rendidos de 3 em 3 dias.

Estas forças:

iii. Segurança à circulação de Cargas Crítica

Eram classificadas “Cargas Críticas”, os materiais e equipamentos destinados a CAHORA BASSA, que pela sua natureza, sensibilidade e alto custo podiam, em caso de serem danificados por ação do In, causar comprometimento nos prazos de conclusão da barragem ou onerarem significativamente o seu custo.

➤ No Sector do CODCB, a segurança processava-se da seguinte maneira:

- Batidas ao longo das faixas laterais da estrada, por forças de nível GComb, em troços com cerca de 15 Km de extensão por forma a abranger toda a estrada. Esta atividade era iniciada 24 horas antes da passagem da coluna no sentido ascendente e mantida até ao regresso, no sentido SONGO – TETE, da coluna da carga crítica que se verificava por norma 48 horas depois.
- A coluna da carga crítica era precedida por uma força de exploração, com o efectivo de 2 GComb, que fazia o reconhecimento das obras de arte e dos locais mais suspeitos.
- A coluna era escoltada por 2 GComb, um dos quais fornecido pelo Setor “F” (TETE).

iv. Proteção aos trabalhos de montagem das linhas de transporte de energia de CAHORA BASSA

A montagem das linhas de transporte de energia de CAHORA BASSA estava a cargo da empresa civil TLC.

O esquema e as frentes dos trabalhos em curso sofriam alterações frequentes, a que as forças de proteção tinham de se adaptar. Para o efeito, realizava-se diariamente uma reunião de coordenação onde ficavam definidos os trabalhos a executar no dia seguinte e a proteção a dar.

Os trabalhos em cada linha decorriam em três núcleos, havendo em cada núcleo várias equipas de trabalho, chegando por vezes a decorrer numa extensão da ordem dos 30 Km.

Destacamento Policial do SONGO (SONGO)

- Patrulhamentos internos e policiamento urbano;
- Controlo dos residentes do SONGO, das concentrações de populações e dos acampamentos dos empreiteiros.

Gr Mil do CDICB (8 Grupos – 180 Homens) (SONGO)

- Guarneciam os 15 Postos de Segurança e Vigilância ao longo do perímetro do complexo de CAHORA BASSA.

Gr Mil dos Aldeamentos (29 grupos)

- Garantiam a segurança dos aldeamentos e das respetivas populações.



b. Evolução da situação

No princípio de 1974, foi dado ao CODCB o encargo de conduzir uma operação destinada a agitar o inimigo na parte Norte e Oeste do Distrito de TETE, a facultar um melhor conhecimento sobre o seu potencial de combate e determinar a localização das suas principais estruturas. É evidente que este desvio da missão do CODCB implicou uma distração face à missão principal – “*Garantir a segurança próxima, imediata e interna do complexo de CABORA BASSA*”.

Para esta operação, os batalhões do FINGOÉ, VASCO DA GAMA e FURANCUNGO e o Destacamento de Fuzileiros do MAGOÉ VELHO ficaram sob o comando operacional do CODCB.

Durante esta operação, o CODCB contou com o apoio dos seguintes meios da Força Aérea da República da Rodésia:

- Uma esquadrilha de aviões de reconhecimento e ligação (Aeromachi 27)
- Uma esquadrilha de aviões de ataque ao solo (Hunter)
- Uma esquadrilha de aviões de bombardeamento (Camberra)
- Uma esquadrilha de helicópteros (Allouette III)

À operação foi dada a designação de “Operação Mármore” (“Marble Operation” para os rodesianos).

Coincidiu no tempo, com a eclosão em Portugal, da Revolução do 25 de Abril, não teve condições para decorrer com normalidade.

Não foi possível conseguir chegar aos locais mais distantes onde se situavam as organizações do inimigo porque houve necessidade de restringir drasticamente o emprego dos helicópteros uma vez que o combustível fornecido pela AB 7 continha elevado teor de água e não tinha condições para ser utilizado.

Os rodesianos, durante esta operação, perderam três aviões de reconhecimento e ligação, abatidos pelo inimigo.

A única conclusão tirada foi a certeza de que, no Distrito de TETE, o inimigo tinha sido substancialmente reforçado em efetivos e armamento.

Um dos postos da defesa periférica do CODCB foi flagelado pelo inimigo.

O CODCB para conseguir atingir o inimigo com fogos de artilharia mais profundos, deslocou para o aldeamento do MACHESSO o pelotão de bocas de fogo de 14 cm que estava na CHIPERA e um pelotão de atiradores para lhe dar proteção.

O inimigo, logo a seguir, flagelou CHIPERA com foguetões de 122 mm.

Consequência do 25 de Abril, o CODCB começou a ter problemas com os camionistas que não queriam sujeitar-se à disciplina das colunas, devidamente escoltadas, entre TETE e o SONGO. Queriam circular livremente, mas não havia qualquer garantia de o poderem fazer sem o perigo de serem atacados pelo inimigo.

Em julho/agosto o Comandante do CODCB foi de licença para Portugal.

Durante este período, de acordo com as diretivas recebidas, foi preciso começar a negociar, a nível local, o cessar das hostilidades.

Conseguiu-se fazer a primeira reunião com o inimigo no dia 9 de agosto de 1974 no quartelamento do Esquadrão de Cavalaria 3, na MARARA.

Foi acordado com o comandante do 5.º Destacamento do 4.º Sector do inimigo, o FERNANDO NAPULULA, o cessar das hostilidades, que só não foi respeitado pelo inimigo, em alguns casos pontuais, relativos às populações nativas.



Figura 9 – Aquartelamento ESTIMA

Cerca de uma semana depois foi feita nova reunião no CODCB, no aquartelamento de ESTIMA, tendo ficado consolidado o cessar das hostilidades a nível local.

Entretanto, chegou, vindo de licença, o Comandante do CDCB.

Começou por fazer, no SONGO, uma reunião onde também estiveram presentes o Eng.º Brás de Oliveira - responsável pela construção da Barragem de CABORA BASSA e o Governador da Província de TETE (FRELIMO) – José Moiane.

As arestas foram limadas. Esta reunião foi de muita importância para o bom entendimento entre as partes

Entretanto foi assinado, em 7 de setembro de 1974, o “ACORDO DE CESSAR-FOGO ENTRE A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE E O ESTADO PORTUGUÊS”.



ACORDO DE CESSAR-FOGO ENTRE A FRENTE DE
LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE E O ESTADO POR-
TUGUÊS

PREÂMBULO: tendo o Estado português reconhecido o direito à independência de Moçambique e aceitar por acordo com a Frente de Libertação de Moçambique transferir os poderes que detem para o povo Moçambicano. O Estado português e a Frente de Libertação de Moçambique acordam em celebrar o presente acordo de cessar-fogo com vista ao estabelecimento da paz correspondendo assim às aspirações profundas dos povos Moçambicano-Português.

O presente acordo visa pôr termo aos actos de guerra no conjunto do território de Moçambique entre o exército português e as forças populares de libertação de Moçambique, estabelecer o calendário da evacuação das forças Armadas Portuguesas e transferir para a Frente de Libertação de Moçambique as instalações militares ainda sob o controlo português, durante o período de vigência do presente acordo, a Frente de Libertação de Moçambique continuará a desenvolver as suas forças Armadas de modo a assumir plenamente as responsabilidades de defesa de Moçambique independente.

TÍTULO I - DO CESSAR-FOGO;

ARTIGO 1º- A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado português acordam em proclamar o cessar-fogo sobre o território Moçambicano incluindo águas territoriais e espaço aéreo que entrará em vigor às zero horas de 8 de Setembro de 1974 (hora de Moçambique).

para este efeito ambas as partes darão as necessárias instruções às suas respectivas forças combatentes.

Figura 10 – Primeira página do acordo de cessar-fogo, 1974

Também se organizou uma visita do NAPULULA e respetivo estado-maior às obras da Barragem de Cabora Bassa.

Foi durante esta visita que ele teve este desabafo, ao percorrer as galerias subterrâneas da obra: “Queriam os meus chefes que atacasse isto com armas automáticas”.



Figura 11 – Fotografias da delegação da FRELIMO

Fonte: Coutinho, 2016

As unidades do Exército Português que estavam em Moçambique começaram a regressar à Metrópole. Coube a vez ao BArt 6223 e à CArt 7255.

A Companhia de Sapadores de Minas foi deslocada para NANGADE para fazer o levantamento de um campo de minas.

O BArt 7220/74 assumiu a responsabilidade do sector do CODCB e o CODCB assumiu a responsabilidade do sector da ZOT, tendo passado para TETE.

Em TETE houve necessidade de constituir uma Comissão Militar Mista.



Pode-se dizer que nunca houve problemas de grande vulto para resolver, porque esta comissão reunia-se todos os dias e tudo era resolvido sobre a hora.

O Comandante do CODCB e o José Moiane ainda fizeram uma visita de “boa vontade” a uma posição das forças rodesianas, na fronteira, em frente de MUCUMBURA.

MABOTE fez uma visita a TETE.

O Comandante do CODCB, utilizando um helicóptero “PUMA”, foi buscar à fronteira com a ZÂMBIA o Samora Machel.

Nos finais de fevereiro o CODCB regressou à Metrópole. Foi o BArt 7220/74 que assumiu a responsabilidade do Distrito de TETE, de onde saiu pouco antes da data da independência de MOÇAMBIQUE.

Fui para NAMPULA, para tratar da liquidação do CODCB. Passei a maior parte do tempo na 2.^a Repartição do QG, a destruir tudo o que dizia respeito aos nossos informadores, para não ir parar às mãos da FRELIMO.

Finalmente, por curiosidade envio um apontamento sobre o que foi a evolução do dispositivo militar em Moçambique:

1 - Dispositivo do Exército em Moçambique, em 1963.

Sete batalhões da guarnição normal.

2 - Dispositivo da Zona de Intervenção Norte (ZIN), em 1965.

São constituídos dois sectores no Norte: o do Niassa, com sede em Vila Cabral, e o de Cabo Delgado, com sede em Porto Amélia. O quartel-general do Exército mantinha-se em Lourenço Marques.

3 - Dispositivo em 1967.

O desenvolvimento das ações da Frelimo no Norte, levaram o exército a dividir esta área em três sectores, intercalando entre os do Niassa e de Cabo Delgado, o sector de Marrupa. Os efetivos no Norte eram de doze batalhões.

4 - Dispositivo em 1970.

No período da Operação Nó Górdio foi criado o Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI), cuja primeira ação foi a chefia daquela operação.

5 - Dispositivo no Norte em 1973.

A ZIN voltou a ser dividida nos dois sectores iniciais, Niassa e Cabo Delgado. No quadro verifica-se a evolução dos efetivos presentes no norte de Moçambique, de 1963 a 1974.

6 - Dispositivo do Exército, em 1965.

Na Zona Militar Centro (ZMC) de Moçambique. Toda a prioridade era dada ao norte, pelo que a ZMC, que incluía a região de Tete, tinha atribuídos três batalhões.

7 - Dispositivo na zona centro em 1970.

O sector F, criado em 1968, com sede em Tete, surge já separado do Comando Territorial do Centro (CTC). Esta alteração deveu-se ao início da construção da barragem de Cahora Bassa e ao desenvolvimento das operações por parte da Frelimo.

8 - Dispositivo em 1973 na zona centro, Tete e Beira.

O agravamento da guerra nesta área levou ao desdobramento do sector F em três subsectores. Foram ainda criados comandos específicos, o Comando de Defesa de Cahora Bassa (CDCB), o Comando Geral dos Grupos Especiais e o Comando das Cargas Críticas, tendo sido deslocado para esta zona o COFI. Dada a progressão da Frelimo para sul, foi estabelecido novo sector em Vila Gouveia e colocados batalhões em Inhaminga e Paiva de Andrade, protegendo o avanço para a Beira.

9 - Dispositivo em 1974.

Foi atribuída uma zona de ação ao COFI, barrando o corredor entre Tete e a Beira.